



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS HUMANAS – CAMPUS V
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

MIROSMAR SILVA SANTOS

**PRODUÇÃO CACAUEIRA DO MUNICÍPIO DE JQUIRIÇÁ NO
CONTEXTO DO SEU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE**

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA

2021

MIROSMAR SILVA SANTOS

**PRODUÇÃO CACAUEIRA DO MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ NO
CONTEXTO DO SEU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE**

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de Geografia do Campus V, Santo Antônio de Jesus – BA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Elba Medeiros Punski dos Santos

Santo Antônio de Jesus – BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586

Silva Santos, Mirosmar

PRODUÇÃO CACAUEIRA DO MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ NO
CONTEXTO DO SEU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE / Mirosmar Silva
Santos. - Santo Antônio de Jesus, 2021.

62 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dra. Elba Medeiros Punski dos Santos.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Geografia) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2021.

1.CONCEITO DE TERRITÓRIO. 2.TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
DO VALE DO JIQUIRIÇÁ. 3.LAVOURA DO CACAU E DA BANANA.

CDD: 911

MIROSMAR SILVA SANTOS

**PRODUÇÃO CACAUEIRA DO MUNICÍPIO DE JQUIRIÇÁ NO CONTEXTO DO
SEU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas - Campus V

26/02/2021

Data de aprovação

Banca examinadora



Prof.^a Dr^a. Elba Medeiros Punski dos Santos (orientadora)
Professora Adjunta do curso de Geografia da UNEB-V



Prof. Dr. André Luiz Dantas Estevam
Professor Titular do curso de Geografia da UNEB-V



Profa. Dra. Rozilda Vieira Oliveira
Professora Titular do curso de Geografia da UNEB-V

AGRADECIMENTOS

Em minha trajetória acadêmica até aqui foi um momento de grande aprendizado e superação de grandes dificuldades, momentos que me questioneei se tudo isso valia a pena e momentos em que cogitei desistir, mas nunca fui de gostar de nada fácil e tinha certeza que Deus estava preparando todas essas provas para a alegria da vitória ofuscar todas as dificuldades que passei.

Por isso em primeiro lugar agradeço a meu Deus que sempre cuidou e cuida de mim; aos meus pais, Maria Aparecida e Clarindo por sempre me incentivarem e me ensinarem todos os valores que tenho hoje; à minha avó Valdete por, além de ser minha segunda mãe, também sempre me incentivar e ajudar meus pais a me ampararem financeiramente, em todos esses anos de universidade.

Ao meu irmão, Georges, por sempre se dispor a fazer favores e atividades para mim, principalmente na roça, devido à distância em que eu estava e não poder fazer esses serviços.

À minha namorada, Leticia, por todo apoio emocional e incentivo, principalmente nessa reta final de TCC.

Aos meus colegas, Luciano e Alex, que me ajudaram a conseguir uma vaga na residência universitária e em vários outros momentos, aos quais valorizo muito e quero levar essa amizade para vida inteira.

E a todos os professores da minha graduação, em especial, à minha professora orientadora, Elba, que acreditou em mim e na minha pesquisa e não me deixou desanimar em nenhum momento, principalmente no começo do nosso trabalho juntos, em que o meu notebook queimou o HD e perdi muito do trabalho que já havíamos construído naquele semestre, mas graças a Deus consegui recuperar as partes mais importantes e retomar com esta pesquisa.

Sem todas essas pessoas, e outras que contribuíram direta ou indiretamente na minha trajetória, não conseguiria ter chegado a este momento, por isso agradeço a todos do fundo do meu coração, e peço a Deus que os continue abençoando grandemente para todo o sempre.

RESUMO

Nesta pesquisa foi abordada a produção cacaeira e a produção da banana no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, bem como a elaboração do programa de Territórios de Identidade da Bahia. Objetivou-se analisar a participação da produção cacaeira do município de Jiquiriçá em relação aos outros municípios produtores do mesmo território. Para a consolidação desta pesquisa, foi preciso estudar e compreender o programa de Territórios de Identidade do estado da Bahia, analisar a produção cacaeira e da banana dentro deste território e identificar a participação da produção, como também o seu escoamento no município de Jiquiriçá-BA. Para isso, foram utilizados levantamentos de dados documentais e bibliográficos, com autores que discutem os temas propostos na pesquisa, nos quais foram obtidos resultados sobre o programa de territorialização da Bahia e a dimensão da produção cacaeira do município de Jiquiriçá no seu território.

Palavras chave: Territórios de identidade; Produção cacaeira; Agricultura familiar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios de identidade da Bahia.....	26
Figura 2 - Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá	28
Figura 3 - Bacia hidrográfica do Recôncavo sul	29
Figura 4 - Zonas morfoclimáticas da bacia hidrográfica do Vale do Jiquiriçá	30
Figura 5 - Mapa pedológico da Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá.....	31
Figura 6 – Mapa de localização do município de Jiquiriçá -BA.....	33
Figura 7 - Sombreamento da lavoura clonal por bananeiras	40
Figura 8 - Substituição de plantas comuns por plantas clonais: Variação PS1319/variação SJ 02 com pouco mais de dois anos.....	42
Figura 9 - Números da produção em toneladas do Território do Vale do Jiquiriçá	43
Figura 10 - Números dos valores da produção do Ti do Vale do Jiquiriçá.....	47

LISTA DE GRFICOS

Gráfico 1 - Produção cacaeira em toneladas.....	44
Gráfico 2 - Produção de banana por toneladas	45
Gráfico 3 - Valor da produção cacaeira no Vale do Jiquiriçá de 2010 a 2018	48
Gráfico 4 - Valor da produção da banana no Vale do Jiquiriçá de 2010 a 2018.....	49
Gráfico 5 - Os três melhores anos de produção em toneladas dos municípios mais produtivos.....	50
Gráfico 6 - Balanço da produção em toneladas no município de Jiquiriçá de 2010 a 2018.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA
CEDRS – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CEPLAC – COMISSÃO EXECUTIVA PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
CETEP – CENTRO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CNPJ – CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
SDT – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO RURAL
SEPLAN – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
SIDRA – SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA
t - TONELADAS

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA.....	14
2.1	Debates sobre territórios que foram base para o MDA levantar o conceito de Territórios de Identidade.....	19
2.2	Territórios de Identidade no Estado da Bahia.....	22
3	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS.....	27
3.1	O contexto de formação do município de Jiquiriçá e sua dinâmica produtiva e relação com o programa de territórios de identidade da Bahia	32
4	LAVOURA DO CACAU E DA BANANA: PRODUÇÃO E IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS NO VALE E MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ.....	39
4.1	Produção cacauera do vale do Jiquiriçá	42
4.2	Entrevista com os representantes estratégicos e escoadores da produção do município de Jiquiriçá-BA	52
	Considerações finais	56
	REFERÊNCIAS.....	58
	APENDICE 1 - PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SECRETARIO DE AGRICULTURA	61
	APENDICE 2 - PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS REPRESENTANTES DOS ARMAZENS	62

1 Introdução

O Espaço Rural é um local onde há enorme diversidade de acontecimentos, onde se formam relações humanas nos mais variados segmentos. Dentre essas relações estão as de poder, políticas, comerciais e de produção, abrindo espaço para inúmeras temáticas que podem e devem ser estudadas. Uma dessas possibilidades de estudo, de grande relevância para a sociedade, é a das produções agrícolas existentes nesse espaço, assim como as relações que as influenciam.

As produções agrícolas são uma das principais fontes de sustento e renda para a população brasileira. Dentre essa variedade de produções agrícolas no Brasil, vale ser destacar a produção do cacau, que é fonte de matéria prima para se produzir o chocolate e tem como principal produtor o estado da Bahia.

A lavoura cacaeira é uma das mais clássicas e importantes para a agricultura baiana, sendo muito importante também no que tange à economia da agricultura familiar, pois possui a necessidade primordial de abarcar no seu manejo mão de obra manual. Devido às suas características físico/biológicas, as recentes tecnologias de mecanização agrícola se tornam pouco viáveis, caracterizando assim sua produção como altamente humanizada.

Dentre as alternativas desenvolvidas por pesquisadores que contribuem para um aumento significativo da produção cacaeira, estão a seleção genética e pesquisas em agricultura de precisão.

O local de estudo deste trabalho é o Vale do Jiquiriçá, em especial o município de Jiquiriçá, pois este é um dos mais antigos municípios do Vale, tanto na produção do cacau quanto de existência, além de receber o nome do rio que o corta e que dá nome ao seu Território de Identidade.

A região produtora do Vale do Jiquiriçá se destaca com uma produção relevante na Bahia e também é um dos locais onde a produção cacaeira existe há mais tempo. Os municípios que mais se destacam nessa produção são Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Laje e São Miguel das Matas.

Segundo Luciene Almeida (2008), essa produção em escala comercial teve início em 1930. Focando nos municípios produtores de cacau no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, é preciso salientar que embora sua produção seja antiga no estado da Bahia, produzindo quantidade significativa em toneladas, essa área de cultivo não é conhecida por produzir um cacau de qualidade. Essa situação

não permite que este território desponte como detentor de uma produção diferenciada, o que contribuiria para maior valorização, e conseqüentemente mais lucros para os produtores. Por isso, segundo Almeida (2008, p. 25), os produtores não têm acesso a técnicas específicas desenvolvidas diretamente para as lavouras daquelas áreas, além de terem empecilhos na comercialização. Só recentemente estão sendo implementadas novas técnicas e assistência especializada, entretanto a facilidade no acesso às mesmas não se faz a todos.

Essa situação se agrava mais quando olhamos para a alta dependência dos produtores rurais deste município em relação a essa produção, pois se trata de uma monocultura que impera absoluta nesse espaço.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (SEI), baseada em dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Jiquiriçá apresenta a maioria de sua população sediada no espaço rural, sendo a produção cacaeira muito importante para esse município, seguida das plantações de banana.

Ainda considerando-se a importância dessas duas produções para o município de Jiquiriçá, reafirma-se que a maioria de sua população é rural, sendo esta mesma população que produz o fruto do cacau e da banana, conseqüentemente sendo também os responsáveis por sustentar o setor de serviços e comércio do município.

Em função disso, surgiu a pesquisa sobre como a população rural desse município, que representa a sua maioria, cultiva o cacau e a banana, pois a economia do local tem sua base na produção cacaeira a partir de 1930, ainda sendo atualmente um importante produtor cacaeiro no cenário baiano, em relação à quantidade produzida. Objetivou-se, então, analisar a participação desses produtos, tão relevantes dentro do município de Jiquiriçá, na economia do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá.

A análise sobre a participação do município de Jiquiriçá com a produção do cacau e da banana, na economia territorial abrangeu o período de 2010 a 2018, quando oficialmente a política de territórios de identidade, no estado da Bahia, passou a vigorar.

A relevância é ampliar o campo de conhecimento, tanto acadêmico quanto social em relação a este tema, pontuando noções sobre as dinâmicas da produção agrícola familiar, que envolvem importância econômica no Território de Identidade

do Vale do Jiquiriçá, para que tal processo possa ser conhecido e mais valorizado, até mesmo por parte dos produtores, bem como da sociedade em geral. Isso possibilitaria mais apoio e reconhecimento por parte das autoridades competentes, visando melhorias para o espaço local.

Para a consolidação desta pesquisa, foi preciso estudar e compreender o programa de Territórios de Identidade do estado da Bahia, analisar a produção cacaueteira e da banana dentro deste território e identificar, não só a participação da produção, mas também o seu escoamento no município de Jiquiriçá-BA.

Como procedimentos metodológicos, utilizou-se levantamentos de dados documentais, com autores que discutem os temas propostos na pesquisa como Favareto (2015), Perico (2009), Saquet (2013), Almeida (2008), e muitos outros autores fundamentais para se elaborar uma discussão teórica a respeito desses temas. As análises de dados quantitativos referentes à produção do cacauete e da banana no Território do Vale do Jiquiriçá, bem como os dados dos municípios, foram encontrados em fontes oficiais: IBGE/SIDRA e SEI. Foram feitas entrevistas em instituições estratégicas para levantar dados que demonstrem a real participação do município de Jiquiriçá no seu território, com o secretário municipal de agricultura e representantes dos três principais armazéns de compra de cacauete do município.

Este trabalho está organizado em três capítulos, além desta Introdução. O primeiro capítulo contém toda base teórica abordada na pesquisa em relação ao conceito de Território e aos conceitos abordados no programa de território de identidade da Bahia. No Capítulo 2 é abordada toda caracterização do território de identidade trabalhado na pesquisa, bem como do município local do estudo. Em seguida, no Capítulo 3, trabalhou-se com a produção cacaueteira e da banana no território, além da produção dessas lavouras no município de Jiquiriçá. E, finalizando, estão as Considerações Finais e os elementos pós textuais.

2 CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Os critérios e sistematizações em torno da ideia de Território de Identidade basearam-se em discussões que consolidaram o conceito de território, que serão apresentadas para melhor compreensão da estrutura da formação dos denominados Territórios de Identidade.

Focando na escala territorial do nosso local de estudo, o município de Jiquiriçá está localizado em área de Mata Atlântica, próxima do Recôncavo Baiano, sendo uma porção territorial onde é possível encontrar exemplos de potencialidades econômicas voltadas para a agricultura, como também em todo Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá. Por isso a importância de se conhecer mais um pouco sobre o conceito de território e conseqüentemente, do Território de Identidade.

O conceito de território, considerado neste trabalho, está definido em Gottman:

Conforme Gottman (1973/2005) em sua consistente reflexão sobre os significados do território, historicamente determinados, se o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e compartimentação, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. (GOTTMAN 1973/2005 apud SAQUET, 2013, p.27).

Conforme as afirmações do autor é possível perceber como o território é uma porção ou compartimento do espaço que cumpre funções específicas, principalmente quando se observa as relações humanas. Relações essas que variam em diferentes espaços e culturas, dando assim aspecto diversificado ao uso do território.

O autor também afirma que o território possui duas funções básicas que se resumem em servir de abrigo ou de trampolim para oportunidades. A questão de servir de abrigo pode se encaixar na questão do uso que os seres humanos fazem do território para garantir sua sobrevivência, de forma que construam suas residências, bem como os elementos necessários para lhes garantir a vida como a agricultura do cacau no Território Vale do Jiquiriçá. Já o seguimento no qual o autor se refere ao território “servir como um trampolim de oportunidades” pode-se interpretar como o setor de exploração econômica de um dado território nos dias

variados ramos, incluindo a função básica da agricultura, por exemplo, a utilização da mesma como oportunidade para negócios empresariais. Outros setores, situados no território, também o utilizam como um trampolim para oportunidades, como o setor político, por exemplo.

Segundo Saquet (2013, p. 27) comentando afirmações de Gottmann, a ideia de território não é recente e começou a ser discutida no século XV principalmente ligadas à dominação de uma área e, a partir do século XVI, essas ideias começaram a ser mais utilizadas para reforçar a noção de soberania de estados e reinos. Conforme é apontado, percebemos que a ideia de território já é datada de muitos séculos; nessa época ela estava implicitamente ligada às questões de domínio político de um dado pedaço de terra, principalmente onde se configuravam os Estados ou reinos mais imponentes, como detentores desses espaços.

Muitas dessas características, atribuídas anteriormente na definição de território, ainda servem como base no nosso tempo atual, quando se levantam parâmetros para definição de território. Resumidamente, ao território está atribuída a posse de uma porção do espaço ou o poder exercido sobre ele.

Porém, percebe-se que a limitação somente a essas características, na definição do território, significa tratá-lo sem sua devida complexidade e importância, pois os territórios são compostos de seres humanos, cuja complexidade de relações e comportamentos varia de acordo com cada indivíduo, além de características naturais que podem estar atuando sobre o mesmo, como o clima.

Para ilustrar sobre essa complexidade, Saquet (2013), fazendo um comentário baseado em Dematteis, deixa clara a noção básica dos níveis que podem estar ocorrendo nessas relações.

O território, conforme argumentação de Dematteis (1970), é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat ...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais), semelhante ao que propusera Muscara (1967), mas que podem ser apreendidas corretamente com uma abordagem histórico-crítica. (SAQUET 2013, P.57).

De acordo com Dematteis (1970), num território as construções sociais, bem como as relações, não acontecem de forma homogênea, são dotadas de desigualdades principalmente quando se refere aos níveis que podemos observar.

No trecho acima o autor utilizou um exemplo que vai do local ao planetário, e separou a análise territorial em dois níveis, os naturais e os humanos.

Essa análise, mesmo ainda mantendo um pouco da simplicidade analítica referente ao território, possibilita uma interpretação dos elementos que caracterizam o seu interior, pois a análise territorial pode ser dividida em diversos fatores e não seria possível abarcar todos neste estudo. No entanto, a escala adotada pelo autor abarca elementos de suma importância para a sociedade humana e que podem ser percebidos de maneira clara.

Na questão das relações horizontais, foi destacado que o campo de atuação prático das ações humanas é o que mais interfere territorialmente no seu contexto. Os seres humanos se relacionam entre si nos mais diferentes setores, mas principalmente atuando na organização social entre eles mesmos e nas questões de produção e circulação. Também é preciso ressaltar que as ações humanas no território estão sujeitas a relações verticais impostas pela natureza, como o clima, tempo, solo, relevo, dentre outros, que vão implicar na eficiência ou na possibilidade de se explorar o território.

Anteriormente, era costume, na discussão sobre território, limitar-se somente às questões de posse e poder sobre a terra. Devido à complexidade encontrada nesses espaços, não é aconselhável se limitar somente a esses termos ou formas de análise. Sabe-se que um território possui diversas relações em sua composição e que essas ações variam principalmente de acordo com a escala da área que estamos analisando.

Segundo Saquet (2013, p. 77), os seres humanos vivem sob a base de relações sociais, na construção do território, interações e relações de poder, cuja atuação, nas mais diversas atividades do seu cotidiano, se revela na constituição do território. Como também, a variação das diferentes escalas territoriais, desde o local ao planetário, no decorrer do tempo, vão interferir na construção do território. Além disso, é preciso considerar as organizações, e relações sociais, a questão do subjetivo do ser humano e sua interferência nesse contexto, como afirma Santos.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS et al 2007, P. 14).

Essa visão de Santos em relação ao território é uma das mais recentes interpretações sobre esse tema. Sua análise é importante, pois trata do íntimo dos seres humanos e das relações mais subjetivas, entre as sociedades e o uso do território.

Muitas análises em relação a esse tema, não somente na Geografia ou Política, consideravam somente as questões dos elementos físicos, principalmente o domínio do solo, dando a entender que o território é algo à parte da vida humana. Mas, ver o território desta forma limita a diversidade de estudos possíveis, pois no que se refere ao uso e concepção territorial para as sociedades humanas, é quase impossível desconsiderar as influências das identidades atribuídas às sociedades sobre esse espaço.

Os reflexos que influenciam o território são visíveis em muitos aspectos, principalmente no conceito usado por Milton Santos, que significa basicamente o que fazemos com o chão, como o usamos e as relações físicas e subjetivas que estabelecemos no mesmo. Dessa forma, é possível afirmar que a identidade de determinada sociedade pode ficar marcada em um território por muito tempo, mesmo que essa civilização não exista mais, como os patrimônios históricos que marcam as características de algum poder exercido num território que já não é mais utilizado, como por exemplo, a arquitetura portuguesa do período colonial.

Como Santos (2000), afirma, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Vivemos no território e a ele atribuímos esse sentido de identidade, mas nem todo território vai possuir sentido de identidade a depender de cada indivíduo, pois esta atribuição se dá de forma singular. Essa questão é subjetiva e pertence a cada indivíduo, porém pode-se entender que, principalmente nos lugares onde estamos mais habituados, onde temos família, amigos, ou até mesmo o trabalho, lhe atribuímos pertencimento, gerando assim nossa identidade com o território. De maneira simples, isso significa se identificar com esse espaço que chamamos de território, ou simplesmente nosso lar ou nosso lugar de convivência.

Ao analisarmos o território como uma porção do espaço usado das mais variadas formas, é possível perceber uma semelhança nas mais diferentes definições atribuídas a esse conceito, e perceber também que mesmo com a variedade de elementos que podem ser encontrados em um território, quando

falamos desse conceito, estaremos falando não só de um recorte espacial, mas também de outros conceitos como o de lugar, identidade, e muitos outros relacionados ao convívio humano. No entanto cabe destacar a contribuição de Moreira (2007), em relação ao território, que traz uma definição acerca de como se dá a classificação de território, principalmente voltada a essa questão do recorte:

Com o recorte, nasce o território. O recorte espacial é o princípio do conceito do território: o recorte qualificado por seu sujeito (o corpo). Qualificado como domínio do sujeito – o sujeito do recortamento - cada recorte de espaço é um território. De modo que falar da relação entre espaço e recorte é uma forma geral de falar da relação entre espaço e território (MOREIRA 2004 apud SANTOS et al 2007, p. 80).

Não é estranho encontrar nas ciências geográficas as menções a recorte espacial e recorte territorial. Como o autor acima cita, é possível acreditar que quando nos referimos a um recorte espacial, esse recorte já é de fato um território, mas também pode ser uma região, um local, uma área etc., mas de fato os conceitos geográficos interagem ente si e esses dois elementos estão intrinsecamente unidos um ao outro, principalmente quando se analisa as questões físicas do espaço geográfico.

A partir desse ponto conseguimos observar novos e não menos importantes elementos, como o uso das sociedades para com essa porção do espaço que conceitualmente chamamos de território. As relações de poder, de identidade, de manipulação, exploração, dentre outras, por vezes podem se apresentar como subjetivas, entretanto isso não diminui sua importância para a constituição e formação do território, pois de acordo com as leituras até aqui são vários os fatores que vão constituir e formar o território.

Então com base nas obras e estudos acerca do conceito de território apresentados anteriormente, pode-se afirmar que o território não é só um recorte físico do espaço, mas também o palco da vida humana, principalmente quando consideramos a vida em sociedade. Portanto, o território é o palco das ações das sociedades para com a parte física do espaço, ações que não se limitam ao visível e que, muitas vezes, nem é percebida, mas ainda assim constituindo os territórios deixando elementos de herança que podem passar para as futuras gerações.

2.1 Debates sobre territórios que foram base para o MDA definir o conceito de Territórios de Identidade

As conceituações sobre território que serão abordadas a seguir, e que foram utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ainda são muito usadas na Geografia, porém, com o passar do tempo, novos elementos e novas perspectivas de análises foram sendo implantadas nessas definições, tornando seu estudo mais crítico e abrangente. Alguns desses elementos já foram referidos e descritos anteriormente, mas é importante lembrar que, mesmo essa visão voltada somente às questões de poder e Estado, ainda são de suma importância para entender elementos reais da sociedade, principalmente no modelo democrático no qual nos encontramos.

O conceito do território, assim como o de identidade, tem origem no contexto das preocupações da unificação alemã. A conceituação associa-se à institucionalização da geografia como disciplina nas universidades europeias, na década de 1870, que objetivaram o campo de estudo dessa disciplina a partir das formulações de F. Ratzel. (PERICO 2009, p. 31).

De acordo com Perico (2009, p. 31-32), a partir da década de 1970, os debates acerca do conceito de território, se expandiram para uma interpretação mais ampla do seu sentido, tirando a hegemonia do Estado como único capaz de deter poder sobre determinado território. Dessa forma, atualmente os teóricos que trabalham com esses temas já trouxeram outras interpretações interessantes sobre esse conceito base da ciência geográfica.

Para formular suas ideias referentes aos territórios de identidade, a fim de aprimorar a gerência de suas políticas, o MDA teve como base os conceitos de **cultura e identidade**, norteando assim o desenvolvimento de um projeto amplo e com vasto potencial de desenvolvimento local.

As tipologias territoriais construídas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário como instrumentos de implantação das políticas de desenvolvimento nos espaços rurais estabelecem relações entre cultura-identidade territorial enquanto conceitos de referência teórica. (PERICO 2009, p. 30).

Essa forma de se entender o desenvolvimento, principalmente rural, ainda não tinha sido experimentada aqui no Brasil, pelo menos por parte do Estado, trazendo a essa ideia muitas expectativas e possibilidades que não eram

enxergadas antes. Porém, antes de se comentar os desfechos desse rumo das políticas de administração territorial no Brasil, é preciso conhecer um pouco mais sobre os conceitos que nortearam a ideia de território de identidade segundo o MDA.

O conceito de cultura foi originado nas discussões intelectuais do final do século XVIII, na Europa. Na França e na Inglaterra, ele foi precedido pela palavra “civilização”, imbuída das qualidades do civismo, cortesia e sabedoria administrativa, e referia-se, em especial, às realizações materiais de uma cidade. Nesse sentido, a civilização se opunha ao que era considerado barbárie e selvageria. E, no curso das teorias evolucionistas predominantes do período, esse conceito foi sendo associado às ideias de superioridade – das nações civilizadas. Na Alemanha, ele foi, de início, similar ao utilizado nos outros países europeus. Mas foram introduzidas discussões que levaram a diferenciar o significado das palavras – civilização para os alemães era algo externo, racional, universal e progressivo, enquanto que a cultura referia-se ao espírito, às tradições locais, ao território. (PERICO 2009, p. 34).

Com isso, de acordo com Perico (2009), o conceito de cultura inicialmente não possuía as mesmas definições que comumente ouvimos falar, sendo o mesmo atribuído à palavra civilização, ou seja, só eram consideradas nações com cultura aquelas que teoricamente eram civilizadas para os moldes da época. Atribuía-se às nações que não se encaixavam nesses moldes, além da ideia de não serem civilizadas, a ideia de sem cultura.

Segundo Perico (2009), isso só mudou após as discussões presentes na Alemanha, que deram definições distintas, tanto para o conceito de civilização quanto para cultura. A civilização foi entendida como algo mais racional, e a cultura como aquilo que pertence às tradições locais, sendo esta última a definição que mais conhecemos quando se trata de cultura.

Já o conceito de identidade surge com uma necessidade mais urgente e de maneira mais sistêmica que o de cultura, embora todos sendo relativamente novos.

O conceito de identidade é recente, assim como o conceito de cultura, e apresenta muitas conceituações. Sua origem remonta à discussão sobre identidade e território. A primeira teoria sistemática sobre identidade social foi elaborada pelo filósofo alemão G. F. W. Hegel, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, no contexto das preocupações, em meio a falta de unificação das cidades germânicas em termos de uma unidade política e territorial nacional que fosse única e indivisível, a exemplo do que tinha acontecido na França revolucionária de 1789 (PERICO, 2009, p. 35).

Esse conceito é interessante na ideia de juntar características capazes de criar uma única identidade que abranja todo um território, pois um território sem identidade não consegue se articular e se organizar.

Essas duas definições, apresentadas anteriormente, não se isolam como únicas e inquestionáveis sobre esses dois conceitos porém, as mesmas são muito difundidas e auxiliaram nas ideias propostas pelo MDA na formulação dos Territórios de Identidade.

Ainda seguindo Perico (2009), há uma enorme gama de recortes que podem ser analisados na perspectiva do uso das identidades, principalmente porque somos seres individuais, o que nos faz únicos. No entanto, sempre buscamos nos encaixar em grupos que possuem características que nos identificam, criando, assim, a multidimensionalidade do território.

O território implica expressões de poder referidas às diversas dimensões da sociedade (PERICO, 2009 p. 33). O autor cita quatro dessas dimensões, apontadas a seguir.

A dimensão econômica abrange as capacidades de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo assim as cadeias produtivas integrando-as em redes.

A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social através da participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo por referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade, visando melhorar a qualidade de vida para todos os cidadãos.

A dimensão político-institucional envolve os aspectos de construção ou renovação de instituições para que, dessa forma, se alcancem estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão.

A dimensão ambiental se refere ao meio ambiente enquanto ativo do desenvolvimento, porém sempre buscando um uso sustentável para que os recursos não se esvaziem para as gerações futuras.

Sendo assim, em um programa de desenvolvimento ou de exploração territorial, deveriam ser considerados todos esses elementos para que um melhor planejamento seja feito, considerando a sociedade como um todo, impulsionando o melhor bem-estar de sua população.

Como o MDA visava o desenvolvimento econômico, principalmente voltado aos Territórios Rurais, para executar a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, esse ministério se apoiou na definição de território como:

espaço físico definido em termos geográficos, no geral contínuo, incluindo o campo e a cidade, caracterizados por critérios multidimensionais, como a economia, a sociedade, meio ambiente, cultura, política, entre outros, cujos elementos compostos nessa complexidade presente no espaço geográfico, se interagem por meios de mecanismos de identidades (PERICO, 2009, p. 47).

A plena participação de atores sociais é o foco que irá guiar as discussões referentes ao impulsionamento do desenvolvimento territorial, mas sempre buscando respeitar as particularidades de cada grupo. Esses grupos, que se caracterizam de formas diferentes em cada território, possuiriam projetos diferentes para cada território específico.

Através dessas afirmações podemos perceber que o MDA, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), iria funcionar como órgão mediador e organizador desses projetos, criando as condições necessárias para fundamentar o desenvolvimento territorial. Ainda de acordo com Perico (op. cit., p. 57), a estratégia relacionou-se à criação de condições para que o investimento se destinasse aos programas e projetos formulados nas fases do planejamento, buscando sempre as melhores soluções, bem como as melhores políticas para as mais variadas áreas dentro do programa.

2.2 Territórios de Identidade no Estado da Bahia

Neste tópico será abordada a questão territorial na Bahia, visando o desenvolvimento rural através do Programa de Territórios de Identidade da Bahia. Para isso serão apontados aspectos históricos de sua formação, bem como as ações propostas para o seu desenvolvimento.

De acordo com Favareto et al (2015, p. 3), o Programa Territórios de Identidade na Bahia (PTI-BA) foi desenvolvido visando o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Foi oficializado pelo Decreto 12.354 do Governo da Bahia, em 25/08/2010 e ainda está em vigor. Em dezembro de 2014 a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou o Projeto de Lei 20.974/2014, que deu ao programa caráter

permanente como Política de Desenvolvimento Territorial. No entanto desde 2003, já se discutia essas questões e foi quando as ações locais começaram a ser desenhadas e articuladas nos desdobramentos da política de desenvolvimento territorial pelo governo federal.

Segundo Favareto et al (2015), foi abordado um tema referente a uma política oficial do estado da Bahia, voltada ao desenvolvimento territorial, que possuiu influências no seu processo de idealização e construção, até se tornar política oficial do estado, de ideias advindas do atualmente extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que buscavam o desenvolvimento rural.

No entanto essa ideia não foi formada no ano de 2010, pois só na Bahia, a mesma já funciona desde 2007. Como Favareto et al (2015) afirma em seu trabalho, as influências que nortearam essa nova visão, voltada à ação pública na criação de um programa que visava o desenvolvimento territorial e rural, são datadas do final dos anos 90 a início dos anos 2000, a partir do governo federal.

Favareto et al (2015 p. 3-4) constata que as ações voltadas ao desenvolvimento territorial no Brasil tiveram início entre 2001 e 2002, através da avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que apontou fragilidades na tentativa de complementar os investimentos de crédito para os agricultores familiares, afim de melhorar sua situação socioeconômica e lhes proporcionar melhores condições de inserção nos mercados. Além disso, o autor afirma que os trabalhos de Veiga (1998; 1999) e Abramovay (2000), foram os responsáveis por iniciar a disseminação, no debate acadêmico brasileiro, das literaturas europeias sobre o desenvolvimento territorial.

Portanto, é notório que a discussão desse tema não é tão recente quanto sua implementação no estado da Bahia, mas é preciso considerar que tais medidas só foram possíveis através das discussões teóricas voltadas ao desenvolvimento territorial daquele momento. Naquele período, o país estava num processo de retomada econômica, o que pode ter gerado a atenção voltada para tal desenvolvimento, permitindo discutir e avançar para novos horizontes no que se refere ao melhor aproveitamento do território, tanto social quanto economicamente.

Ainda de acordo com Favareto et al (2015), o fortalecimento e os diagnósticos fornecidos pelo PRONAF foram importantes quesitos para despertar a atenção para essa área, o qual ainda se mantém como o maior programa de financiamento para a agricultura familiar no Brasil.

Em estudo feito por Veiga et al., (2001 apud Favareto 2015, p. 4), foi apontado que uma política de desenvolvimento rural, coerente com os requisitos das novas dinâmicas verificadas nestes espaços, teria que mobilizar recursos para além do MDA. Seria através de uma ação conjunta com outros ministérios que se criaria uma rede de cooperação forte o suficiente para sustentar esses projetos.

Uma das primeiras definições que foram feitas, foi diferenciar território de territorialidade rural, cuja base teórica iria se direcionar o público alvo dos projetos desenvolvidos por esses órgãos, sempre salientando que a efetiva participação e o diálogo com a sociedade civil deveriam prevalecer.

A partir desta definição conceitual e desta orientação política houve a seleção inicial dos territórios a serem apoiados pela política de desenvolvimento territorial. Apesar de toda justificativa conceitual, a seleção obedeceu, sobretudo, a critérios de afinidade política com as organizações da agricultura familiar, com forte predominância dos Estados do Nordeste. Não houve um trabalho prévio de levantamento de potencialidades territoriais ou a identificação e seleção de projetos locais, como preconizava a literatura (DIAS & FAVARETO, 2007 apud FAVARETO et al, 2015 p. 5).

A partir desse ponto de construção de critérios e de formação da base teórico/conceitual, deu-se início aos processos de seleção dos territórios a serem atendidos pelas políticas de desenvolvimento. No entanto Favareto (2015) faz uma crítica a respeito desses critérios na forma teórica e na forma prática. O autor aponta que os territórios que foram selecionados não necessariamente se encaixavam nos critérios pré-estabelecidos, pois os mesmos só teriam sido selecionados por questões de afinidades políticas.

Ao se atentar para esse detalhe, não é possível afirmar que tais seleções foram justas, visto que esses territórios receberam montantes de recursos para serem aplicados no seu desenvolvimento e, como o autor aponta, nenhum estudo prévio que comprovasse suas potencialidades foi feito. A não eficácia na aplicação desses recursos seria a mais provável destinação dos mesmos, tornando a teoria diferente da prática.

Simultaneamente, as ações da iniciativa nacional de desenvolvimento territorial foram sendo adotadas até que, em 2010, a Bahia criou seu próprio programa territorial. Em cada um dos 27 territórios, reunindo os 417 municípios do estado, estimulou-se a criação de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial, com participação paritária de agricultores (50%) e outros agentes (50%). No âmbito estadual criou-se um Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, também com representação da

sociedade civil, mas envolvendo um importante conjunto de secretarias de governo, tentando dar ao programa um caráter intersetorial. A definição e as regras estabelecidas reproduzem os documentos já existentes no plano federal. O objetivo do Programa Territórios de Identidade na Bahia fica assim estabelecido: “identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, [...]”. (FAVARETO et al, 2015 p. 6 e 7).

O surgimento do programa de territórios de identidade no estado da Bahia procura implementar a participação do público alvo: agricultores familiares, sociedade civil em geral e as secretarias de governo, estabelecendo planos para um desenvolvimento sustentável, principalmente nos locais que mais careciam de atenção da gestão pública estadual.

Ainda de acordo com as afirmações de Favareto et al (2015, p. 8 e 9), em 2003, período influenciado pelo governo federal através da SDT/MDA e outros organismos ligados a estas entidades, além dos governos estaduais, os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), também estavam participando desses processos tendo “como finalidade formular, articular e monitorar políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável do Estado da Bahia”, além de organizações da sociedade civil com atuação nos espaços rurais. Tudo isso para que se pudesse construir uma organização e articulação nos territórios, de forma que possibilitassem mais eficácia na busca e implementação de políticas públicas proporcionais àqueles territórios, pois, com a participação popular no desenvolvimento de tais políticas, elas seriam executadas de forma mais incisiva, até porque, teoricamente, a população sabe melhor do que grupos de planejamento sobre as necessidades locais de cada território.

Um marco que mostra o interesse dos criadores desse projeto de desenvolvimento territorial está,

No ano de 2007, na preparação do PPA 2008/2011, o governo estadual se apoia na divisão territorial do estado e divulga amplamente a realização de plenárias onde a população local poderia participar da deliberação de investimentos em suas regiões (FAVARETO et al, 2015 p. 12).

O estado da Bahia, até o momento, é o único estado a tornar essa política de desenvolvimento territorial oficial, voltando-se à questão do planejamento com base nos territórios de Identidade.

Portanto, por trás das ideias discutidas em relação aos Territórios de Identidade, o programa busca agrupar os pontos comuns de um grupo de municípios para formar um território específico, por isso,

No seu § 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BLATT e GODIM,2009, p.3).

A atual divisão do estado da Bahia é composta por 27 Territórios de Identidade, sendo eles: Irecê; Velho Chico; Chapada Diamantina; Sisal; Litoral Sul; Baixo Sul; Extremo Sul; Médio Sudoeste da Bahia; Vale do Jiquiriçá; Sertão do São Francisco; Bacia do Rio Grande; Bacia do Paramirim; Sertão produtivo; Piemonte do Paraguaçu; Bacia do Jacuípe; Piemonte da Diamantina; Semiárido Nordeste II; Litoral Norte e Agreste Baiano; Portal do Sertão; Sudoeste Baiano; Recôncavo; Médio Rio de Contas; Bacia do Rio Corrente; Itaparica; Piemonte Norte do Itapicuru; Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento.

A Figura 1, a seguir, mostra a atual organização da Bahia em territórios de identidade, proposta essa que já vem sendo pensada há muito tempo e que trouxe um projeto inédito no Brasil em relação à organização territorial. Mas é preciso aprofundar um pouco mais e observar, na prática, como se dão as atividades, tema que será discutido, neste trabalho, sobre o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá.

Figura 1 - Territórios de identidade da Bahia



Fonte: Estatísticas dos Municípios Baianos Salvador (2014).

3 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS

O Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá é um dos 27 territórios de identidade da Bahia, adotado pela SEPLAN em 2007. Até 2010 esse território contou com 21 municípios. A partir do ano de 2010 houve uma reorganização territorial e este passou a contar com 20 municípios, pois o município de Iramaia passou a fazer parte do território da Chapada Diamantina.

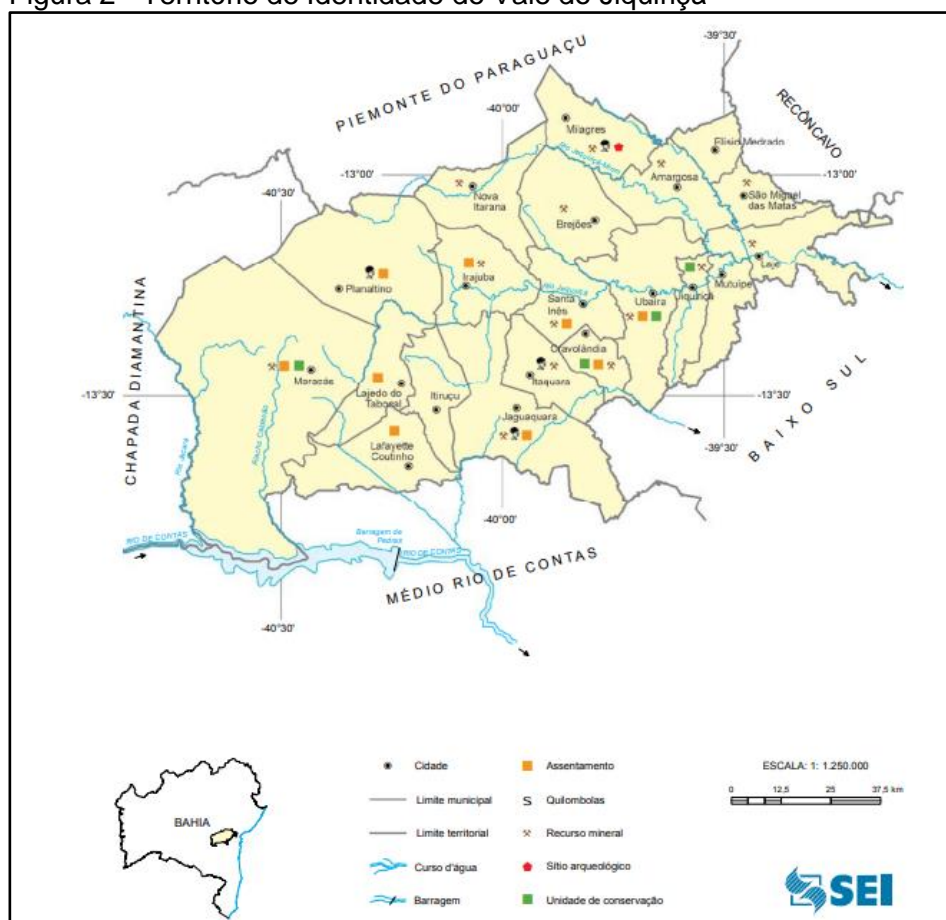
Os municípios que compõem o território do Vale do Jiquiriçá são: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. Ocupa uma área de 10.467,49 km², com densidade demográfica de 29 hab/km². Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE) em 2010 a população desse Território totalizava 303.589 habitantes, o que corresponde a 2,16% da população estadual. Limita-se com os Territórios Médio Rio de Contas, Piemonte do Paraguaçu, Chapada Diamantina, Recôncavo Baiano e Baixo Sul, como se pode observar na Figura 2.

De acordo com a SEI (2015), a exploração do pau brasil e a povoação das sesmarias foram responsáveis pelas primeiras incursões dentro do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, servindo constantemente como pontos de parada para os tropeiros que seguiam do sertão de Vitória da Conquista para o litoral Baixo Sul e Recôncavo Baiano, o que contribuiu para que as sesmarias se tornassem povoados durante o século XIX e, nas primeiras décadas do século XX, cidades.

O processo de ocupação do Vale do Jiquiriçá ocorreu no século XIX, como consequência da expansão do Recôncavo, em virtude da cultura da cana-de-açúcar e do fumo. A dinâmica da área foi intensificada com a estrada de ferro de Amargosa a Jaguaquara, nos anos de 1890. Em meados do século XX, a inserção de novas culturas, como hortaliças e flores, deu caráter de polo regional produtor, com atividades sempre concomitantes à pecuária (OLALDE et al., 2010, apud SEI, 2015, p. 203).

Sendo assim o território do Vale do Jiquiriçá possui características que o faz único, principalmente por sua organização e importância histórica, tanto pelas pluralidades ali encontradas quanto por sua ligação com o Recôncavo, ocasionada pela sua expansão.

Figura 2 - Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá



Fonte: SEI (2015)

Esses municípios mantêm uma intensa relação com o campo e com a produção agrícola desde o início do seu processo de ocupação territorial, pois contribuíram com a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para o abastecimento da população da capital baiana e para exportação, visto que já não se concentravam as produções agrícolas no Recôncavo. Ou seja, o Vale do Jiquiriçá surgiu como uma das principais zonas de expansão produtivas do Recôncavo. Prova disso são as antigas lavouras de cacau nos municípios de Jiquiriçá, Mutuípe, Laje, entre outros, bem como as ainda remanescentes lavouras de café no município de Brejões e municípios vizinhos, além de pequenas plantações de cana de açúcar, como também as vastas lavouras de mandioca presentes em alguns municípios, evidenciando sua diversidade produtiva.

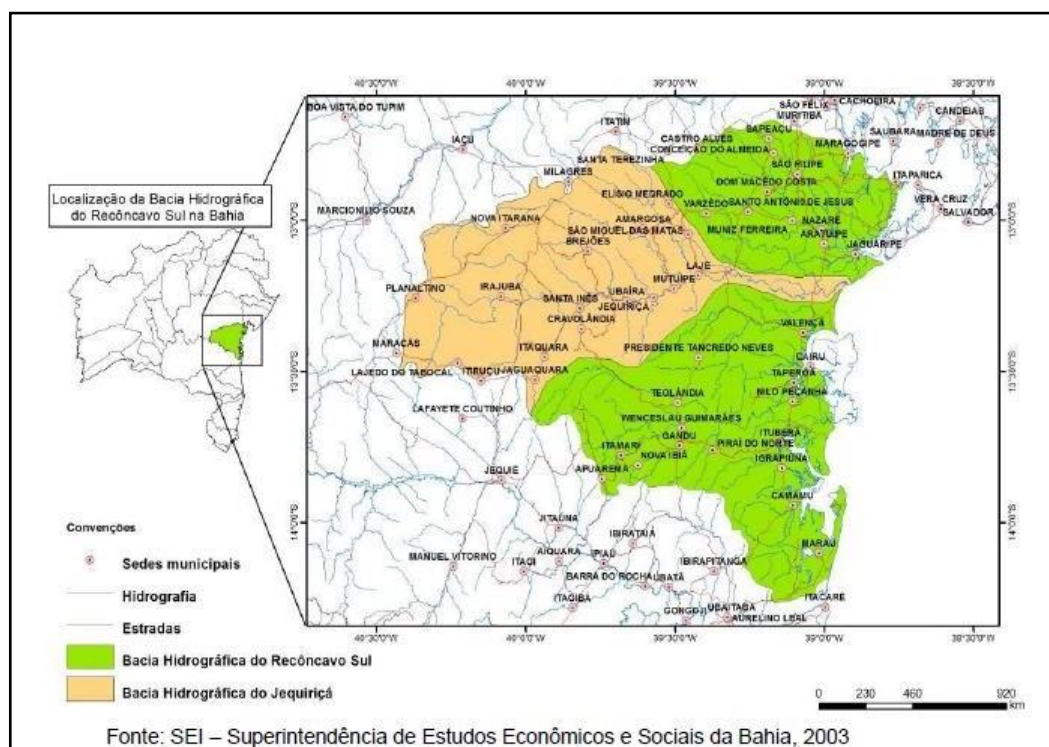
Segundo a SEI (2015), a maioria dos municípios desse território está dentro da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, onde a própria bacia do rio Jiquiriçá também está localizada.

Segundo aponta Fernandes et al (2010):

A bacia hidrográfica do Jiquiriçá é a maior sub-bacia do Recôncavo Sul, ocupando uma área de 6.900 km, equivalente a 39,6% da área total desta bacia hidrográfica. Está localizada aproximadamente entre as coordenadas geográficas 12 30' e 13 35' de Latitude Sul, e 38 55' e 40 25' de Longitude Oeste e apresenta uma extensão total de cerca de 150 km das nascentes dos rios até a sua foz no Oceano Atlântico, onde se encontra sua desembocadura ao norte da cidade de Valença. (FERNANDES ET AL, 2010, p, 107).

Como destaca Olalde (2009), entre os fatores de identidade territorial do Vale do Jiquiriçá pode se destacar “a localização da bacia hidrográfica do Vale do Jiquiriçá, além do próprio rio Jiquiriçá, que serve como referência cultural comum”, rio este que sempre representou o eixo de comunicação natural para a população, bacia esta que modula o território de identidade do Vale do Jiquiriçá conforme a figura 3.

Figura 3 - Bacia hidrográfica do Recôncavo Sul



Fonte: Fernandes et al (2010)

Como é possível constatar na Figura 3, considerar-se a bacia hidrográfica do rio Jiquiriçá como um dos maiores pontos de ligação desse território, é uma forma lógica e satisfatória para sua organização, pois os aspectos físicos da geografia do território estão explicitamente modulados pela bacia hidrográfica do Vale do Jiquiriçá. Mas, quando se analisam os ideais que construíram os projetos desse

programa, é possível questionar se realmente esse ponto deveria ter sido o principal a ser considerado.

Em relação ao clima, segundo constatações de Souza (2015), o Território do Vale do Jiquiriçá abarca a existência de ampla variação climática, permitindo assim que sejam encontradas, neste mesmo território, características climáticas que vão desde o semiárido às variações de subúmido a úmido. O autor ainda revela que uma característica importante do território é sua diversidade paisagística, pois apresenta formas de relevo da Chapada Diamantina, depressões periféricas e interplanálticas, além de planalto pré-litorâneo e sul-baiano. Assim, além de uma significativa aptidão em relação ao uso das terras para a produção agrícola, o território possui potencial para a exploração do turismo ambiental.

Atualmente, o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá apresenta uma dinâmica muito interessante em relação ao turismo ambiental, estando principalmente ligado aos atributos fornecidos pela bacia hidrográfica e suas zonas morfoclimáticas mostradas na figura 4. Segundo a SEI (2015), a bacia do Jiquiriçá serve tanto para a irrigação da agricultura quanto para a renda proporcionada pelo turismo, em função da vasta diversidade de cachoeiras e serras, o que torna seus municípios um palco interessante para a prática do turismo ecológico.

Figura 4 - Zonas morfoclimáticas da bacia hidrográfica do Vale do Jiquiriçá



Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006). Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá, (2017).

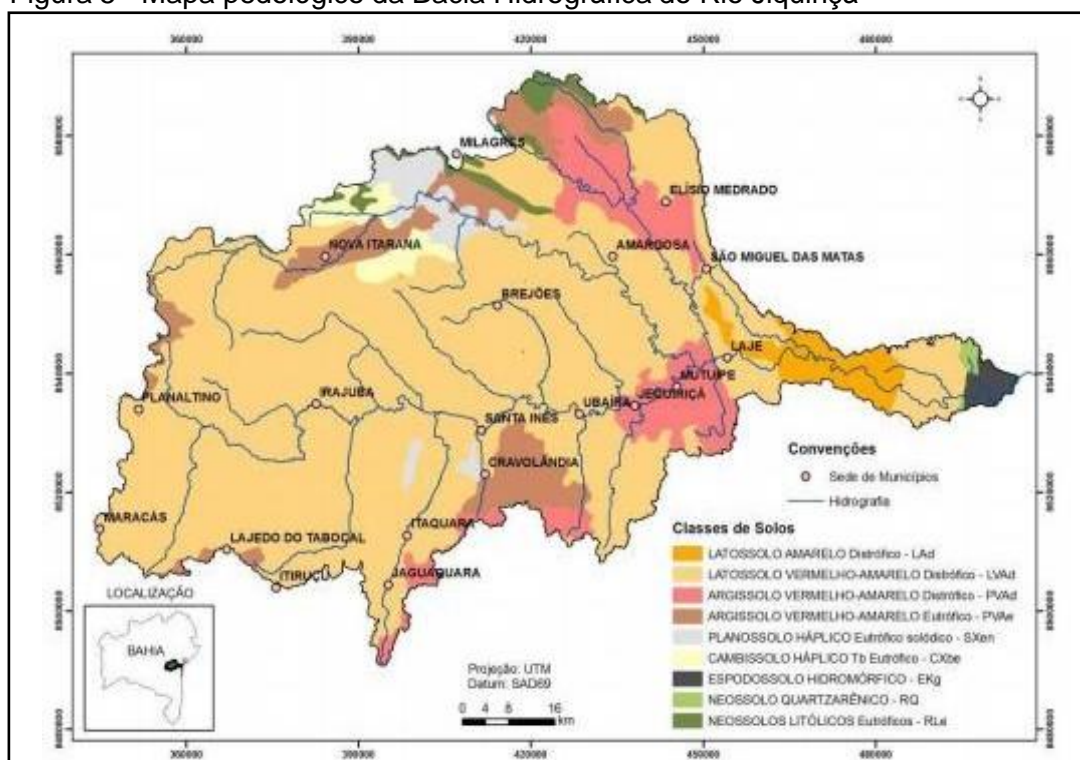
Os municípios de Jiquiriçá e Mutuípe, dois dos maiores produtores de cacau e banana do território do Vale do Jiquiriçá, estão dentro da área pertencente à Zona da Mata. A zona da Mata Atlântica no território do Vale é considerada a parte que abarca a mais diversificada produção agrícola, não se limitando às monoculturas do cacau, banana ou mandioca, mas também por outros diferentes tipos de produção.

Em relação aos solos, a SEI (2015) classificou, como predominantes no território, os latossolos vermelhos-amarelos e indicou alguns municípios como os que apresentam características pedológicas mais favoráveis para a produção agrícola.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos estão presentes em todo o TI, tanto na distribuição espacial como na área ocupada. Ocorrem ainda Argissolos, Cambissolos, Neossolos e Planossolos. As melhores aptidões na implantação de lavouras, com adubação e correção, estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos, como em Mutuípe e Jiquiriçá, e nos Latossolos Vermelho-Amarelos em Lajedo do Tabocal e Maracás, por exemplo, na implantação de lavouras, com adubação e correção (BRASIL, 1981, 1982, BAHIA, 2013 apud SEI 2015 p. 181).

Na Figura 5, podemos observar essas incidências de solos no território, nas mais diversas áreas, o que o torna apto para a produção agrícola.

Figura 5 - Mapa pedológico da Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá



Fonte: Fernandes et al, 2010, p. 112.

Constata-se, com isso, que os solos do Vale do Jiquiriçá, mesmo não possuindo muita fertilidade natural, são solos propícios para a agricultura, diante da possibilidade de irrigação e adubação. Além de que, os municípios na Zona da Mata, incluindo o de Jiquiriçá, possuem um solo razoavelmente bom, que com as devidas correções se torna produtivo, contando com o fator natural favorável que é o seu clima. Por isso as lavouras do cacau e da banana se deram tão bem nesse município e nas localizações próximas.

Essas duas lavouras, bem como sua importância para o município, serão exploradas mais detalhadamente no próximo capítulo.

3.1 O contexto de formação do município de Jiquiriçá e sua dinâmica produtiva e relação com o programa de territórios de identidade da Bahia

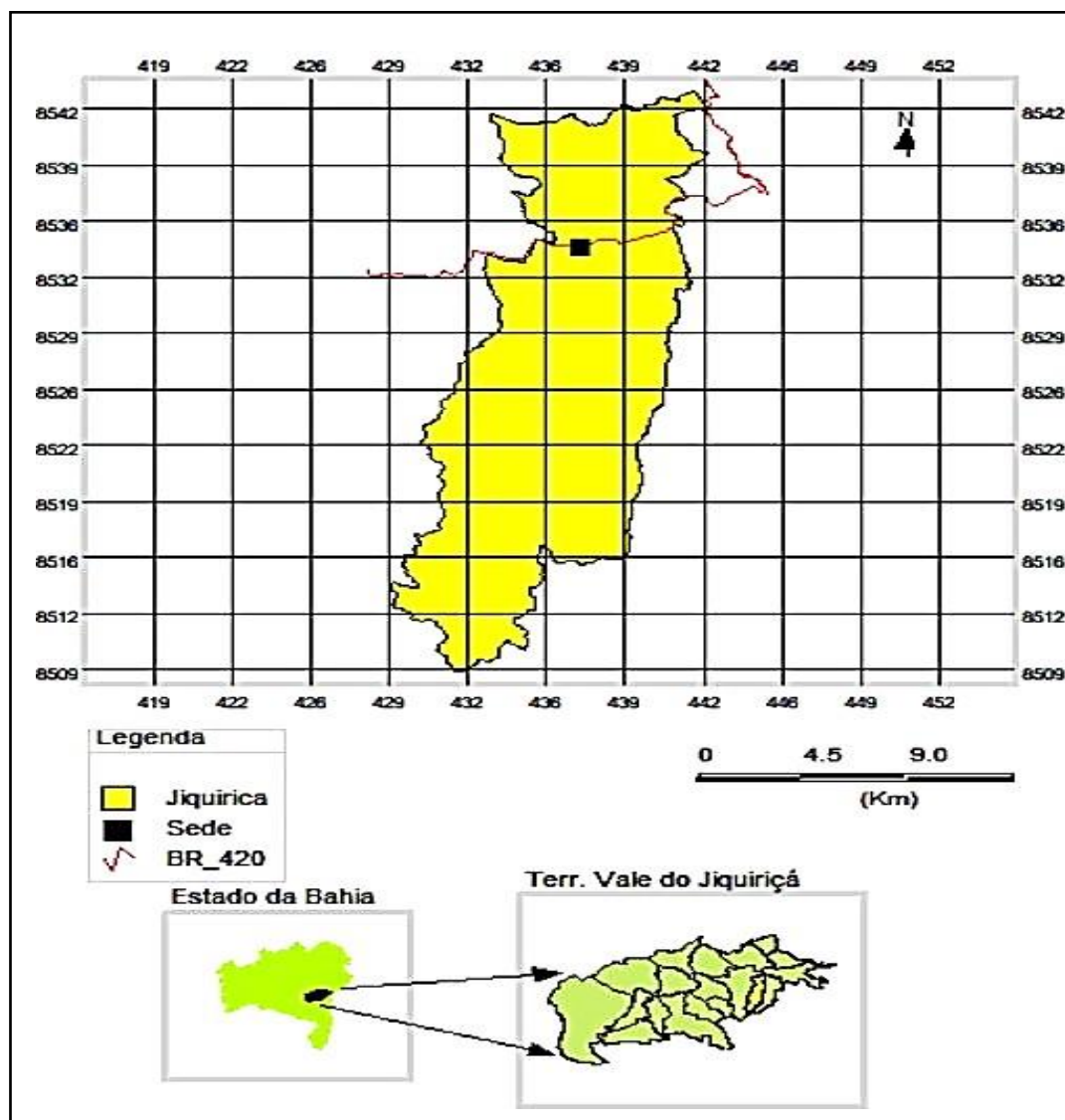
O município de Jiquiriçá é um dos mais importantes do Território do Vale, tanto por sua importância histórica no processo de expansão das plantações e rotas vindas do Recôncavo, quanto por sua localidade. Um dos principais fatos que mostram sua relevância dentro do território, é que o nome do município – Jiquiriçá – também nomeia o rio e a bacia do Jiquiriçá, principal critério estabelecido pela SEI para selecionar os municípios que pertencem a esse território. Além disso, possui excelente produção de cacau e banana, que o destaca como um dos maiores produtores do Território do Vale Jiquiriçá, mesmo possuindo população menor que os outros grandes produtores do território.

Esse município, segundo informações de órgãos oficiais como a SEI e do IBGE, está localizado a 240km da Capital do estado, Salvador, sob coordenadas Latitude Sul $-13^{\circ}15'24''$ e Longitude Oeste $39^{\circ}34'20''$, possuindo uma área de 239,40km².

No censo 2010 sua população era de 14.118 com uma densidade demográfica de 58,97 hab/km², já a estimativa para 2019 é de 14.537 habitantes em todo município, não apresentando crescimento relativo na população total do município.

Logo a seguir está uma representação na Figura 6, de um mapa de localização da sede do município atualmente, representada pela legenda na cor preta, além de outras informações importantes como as principais rodovias que o cortam.

Figura 6 – Mapa de localização do município de Jiquiriçá -BA



Fonte: divisão administrativa do IBGE (2019). Elaboração do autor.

Ainda de acordo com a SEI (2014), o município se localiza na Mesorregião Geográfica: Centro Sul Baiano, Microrregião Geográfica: 24. Jequié, Região Econômica: 03. Recôncavo Sul, Região Administrativa: 29. Amargosa, Eixo de Desenvolvimento: Grande Recôncavo e do Território de Identidade: 09. Vale do Jiquiriçá.

Os municípios que possuem limites intermunicipais com Jiquiriçá são: Laje, Mutuípe, Teolândia e Ubaíra. Com exceção de Teolândia, o município faz divisa com alguns dos maiores produtores de cacau e banana do território. Possivelmente por suas características morfoclimáticas e dos municípios vizinhos que, segundo a SEI, apresenta temperatura média anual de 23,4°C, com período chuvoso de novembro a

abril, com média de pluviosidade anual de 1028,9mm, dando condições satisfatórias tanto de temperatura quanto de chuvas para o perfeito desenvolvimento das lavouras do cacau e da banana.

Este município é um dos mais antigos do Vale a se formar e a se tornar oficialmente um município, por isso a história do seu surgimento é tão importante na formação do Vale.

De acordo com informações do IBGE:

A região era primitivamente habitada pelos índios aimorés. Os primeiros desbravadores foram os bandeirantes de Baião Parente e Pedro Barbosa Leal, que penetrando na “Mata dos Macucos”, expulsaram os índios que ali habitavam. Conquistada as terras, não só os componentes da bandeira conquistadora, como comerciantes, boiadeiros e tropeiros que desciam do alto sertão baiano para a Vila de Aldeia dos índios (atual Aratuípe), foram formando o povoado Nossa Senhora dos Prazeres de Jiquiriçá. Pouco depois, o povoado foi abandonado, face as epidemias de cólera e varíola surgidas após as cheias dos rios Jiquiriçá e Boqueirão. Depois de 1822, o Governo Imperial autorizou Pedro Barbosa Leal, já conhecedor das terras da “Mata dos Macucos”, pesquisar a região, com a finalidade de encontrar minas de cobre. Estabelecendo-se no antigo povoado, denominou-os Santo Antonio de Jiquiriçá. Na primeira metade do Século XIX, imigrantes procedentes das margens do rio Paraguaçu aí se estabeleceram, porém foram expulsos por questão de lutas entre famílias. Dos imigrantes, permaneceram apenas duas senhoras idosas. Daí, a nova denominação dada ao arraial por tropeiros e boiadeiros que ali pernoitavam, chamando-o de “Velhas”. A capela erigida desde sua fundação foi elevada à freguesia em 1878, com o nome de Senhor do Bonfim da Capela Nova. Em 1891, criando-se o município, alterou-se o topônimo para Capela Nova do Jiquiriçá. Em 1904, o nome foi simplificado para Jiquiriçá. (BIBLIOTECA IBGE, 2019).

Como muitos dos municípios baianos e do Brasil, o município de Jiquiriçá surgiu sob constantes disputas por territórios influenciados por interesse de dominação para a exploração comercial. Devido à visibilidade dada pelos tropeiros que ali passavam, logo as primeiras lavouras começaram a ser plantadas, atribuindo-se também ao seu solo favorável o plantio de fácil tratamento.

Tal dinâmica produtiva foi intensificada através da chegada da linha férrea. Nesse período muitos municípios alavancaram suas economias devido a facilidade do transporte, porém, a lavoura do cacau ainda não fora implantada de maneira comercial, pois nesse período ainda imperava o café, o fumo e a farinha.

No princípio do ano de 1905, aqueles poucos habitantes testemunharam o início do desenvolvimento: chegava “a Ponta de

Trilhos” da Estrada de Ferro “Tram Road” de Nazaré, que ali estava como conclusão de um trecho dos seus serviços de construção e, dali, seguiria como destino ao seu ponto final que seria a cidade de Jequié. A dita estrada partira de Nazaré, chegando a Santo Antônio em 7 de novembro de 1880, dali se estenderá até Amargosa em 1892, tendo depois voltado à construção Santo Antônio- Jequié, passando por São Miguel, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Areia (Ubaíra), Santa Inês, Itaquara, Jaguaquara, Jequié. (REBOUÇAS, 1992, p.19 apud ALMEIDA 2008, p.52)

O comércio das cidades do Vale por onde a estrada de ferro passava foi beneficiado, e o município de Jiquiriçá também se beneficiou dessa situação, como afirma Almeida 2008:

segundo, Sylvio Bandeira de Mello (1980), Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro até 1930 coletavam e distribuíam bens, através das conexões entre seus portos e as ferrovias. Nazaré escoava toda a produção de café, farinha e fumo arrecadado nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Jiquiriçá, etc. Para o Vale do Jiquiriçá os produtos industrializados oriundos de Salvador. (ALMEIDA 2008, p.53)

Essa dinâmica durou até a falência do sistema férreo brasileiro, no entanto os benefícios trazidos por essa dinâmica nos transportes permitiram que o município de Jiquiriçá, dentre outros do Vale, se desenvolvessem economicamente e estruturassem suas economias.

Entretanto, ainda com base no autor, esse processo de solidificação econômica e estruturação do Vale não só ficou dependente dos sistemas de transporte, mas também da sua produção, algo que praticamente teve que ser reinventado na década de 1930 devido à crise cafeeira.

A partir da década de 30 o Vale do Jiquiriçá passou a experimentar uma nova dinâmica socioeconômica que interferiu diretamente na estrutura socioeconômica dos seus municípios. Pois até os anos de 1930 era a produção de café que caracterizava grande importância para esse espaço, no entanto, com a proibição do governo estadual devido a grande crise de 29, o cacau passou a assumir uma posição de destaque na produção agrícola. (ALMEIDA 2008, p.53)

Sabe-se que já existiam lavouras de cacau nesse espaço, porém ela só veio a despontar como monocultura de peso devido à crise internacional e à proibição federal na produção do café, cujos principais municípios a liderarem essa produção foram os da Zona da Mata, principalmente aqueles cortados pela linha férrea. A autora aborda como Vale do Jiquiriçá somente os municípios de Jiquiriçá, Laje,

Mutuípe e Ubaíra, que representam alguns dos principais produtores de cacau de todo território de identidade do Vale do Jiquiriçá.

Com base nessas informações percebe-se a conexão que o município de Jiquiriçá tem com a lavoura do cacau e da banana, sendo que até hoje é concentrada sua produção nessas duas lavouras, principalmente as do cacau. Sendo assim, devido à longevidade dessa árvore frutífera, é possível que exista, nesse município e em próximos, roças datadas de cem anos de idade.

A respeito de como essa atividade chegou a esse espaço ainda não se sabe ao certo. É certo que foi no século XIX que o Vale do Jiquiriçá passou a ser ocupado com maior intensidade e foi justamente nesse mesmo período que a lavoura cacauera tornou-se importante enquanto sistema agrícola monocultor no sul da Bahia, período esse que vai de 1890 até 1930. Esse fato é um primeiro elemento para explicar a existência da lavoura cacauera no Vale do Jiquiriçá, devido à proximidade desse espaço com a região cacauera do eixo Ilhéus - Itabuna (ALMEIDA 2008, p.53)

Em entrevista com o diretor da CEPLAC do município de Ubaíra, Luciene Almeida (2008) constatou esta tese de que as lavouras de cacau chegaram ao Vale no final do século XIX, devido ao processo mais acelerado de povoação, intensificado principalmente com a chegada da estrada de ferro, o que permitiu um fluxo maior de pessoas que se direcionavam à zona produtora de Ilhéus que, à época, dominava o cenário produtivo baiano com seus grandes fazendeiros.

Portanto, a lavoura do cacau, e mais recentemente a da banana, tem uma importância econômica e histórica no município de Jiquiriçá e em outros municípios do Vale, até hoje vigorando como fonte de renda e sustento para os agricultores familiares desse local, até porque, como o cacau é conhecido pelos populares, “o fruto do ouro” apresenta um alto valor comercial, bem como certa estabilidade no preço, o que inibe que os agricultores desse município se sintam atraídos por outras lavouras. Outras produções, em comparação com o cacau e a banana, não apresentam relevância para a dinâmica socioeconômica local.

Devido a importância da lavoura cacauera para o município de Jiquiriçá apresentada anteriormente, justificou-se procurar informações junto a representantes do poder público municipal, em relação à sua interação junto às ações do programa de territórios de identidade da Bahia, visto que o desenvolvimento rural foi um dos pilares de sua idealização. Por isso, em entrevista com o secretário de agricultura do município de Jiquiriçá, no dia 22/04/2019, foram

colocados alguns temas que questionavam a real interação do programa de territorialização do estado da Bahia com o município, principalmente para as políticas de desenvolvimento rural.

Nesta entrevista, o secretário fez algumas ponderações a respeito da sua atual interação com os representantes do programa, além de alguns aspectos e ações práticas, que foram interferidos pelo programa no município.

O secretário começou a entrevista com uma crítica ao programa. Segundo ele, o programa não apresenta uma funcionalidade muito eficiente na sua atuação, ficando mais nos campos abstratos. Segundo o mesmo, não há ações práticas a respeito desse programa. Muitas dessas ações que não são práticas não dão resultados concretos. Segundo o secretário, essa ineficiência passa por recursos financeiros e políticas públicas de incentivo, nos mais diferentes setores do município, principalmente da agricultura.

Das ações apontadas pelo secretário, em relação ao programa, primeiro foi a implementação dos secretários como representantes do núcleo diretivo do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá que, por sua vez, representam o poder público em um total de sete membros. Desses sete, três eram os secretários das prefeituras e os demais, representantes da sociedade civil.

Foi apontado nessa entrevista que antes dessa nova configuração, no núcleo diretivo do Vale do Jiquiriçá, os representantes do poder público não tinham muita representatividade nesse núcleo que coordena o território, ficando a maioria das decisões a cargo dos representantes da sociedade civil.

Em conversa com o secretário, o mesmo citou uma ação efetiva do programa no município, que foram os recursos destinados à construção do centro de capacitação de agricultura familiar, onde funciona a Secretaria de Agricultura, mas nada muito além desse recurso. Porém, o mesmo ainda citou, que quando foi solicitado um documento junto ao órgão que coordena o território do Vale, para comprovar a doação desse estabelecimento citado, o mesmo não foi possível de ser emitido, pois o grupo representante do programa não possuía jurisprudência legal, ou seja, CNPJ, que permitisse comprovar ser doador dos recursos ou projeto que viabilizou a construção do centro.

Tal documento se fazia necessário para concorrer à participação no sistema nacional de assistência técnica e, como o órgão doador do prédio não poderia

comprovar efetiva doação, ficou a cargo da prefeitura, que construiu todos os processos licitatórios, fornecer o documento necessário.

No Centro de Agricultura, além de funcionar a Secretaria de Agricultura, foi informado que o projeto de sua construção visava também a sede do espaço para o funcionamento de alguma entidade social. Atualmente, no Centro de Agricultura, são realizados palestras e eventos que visam o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente em relação à produção, além de outros acontecimentos que não estariam ligados à agricultura, mas são de interesse público.

O secretário aponta também que são somente essas as ações mais efetivas do projeto de territórios de identidade no município, que tudo está concentrado no uso desse prédio, afirmando assim que as políticas mais efetivas estariam voltadas para o semiárido, cuja divisão territorial se subdivide nos dois sistemas climáticos, o Semiárido e a Zona da Mata.

Quando perguntado sobre a existência de políticas públicas integradas no território de identidade do Vale do Jiquiriçá, que focalizem o fortalecimento da agricultura através do núcleo diretivo, o secretário afirmou que existem tais políticas e que as mesmas são coordenadas pelo núcleo diretivo, composto por poder público e sociedade civil.

Foi afirmado também que há algumas políticas que só são chanceladas quando há o aval do núcleo que coordena o território, mas as ações mais práticas que ele observa são justamente a construção de cisternas construídas na porção do território caracterizada de clima semiárido.

Para completar, o secretário reforça que as ações da territorialização são muito abstratas, que carecem de ser mais concretas, e acrescentou que há muitos temas que são abordados nesse programa que não estão ligados à Secretaria de Agricultura, que seriam projetos voltados para áreas sociais e de educação, onde fez referência a possíveis projetos que seriam desenvolvidos no CETEP de Amargosa.

Por fim, acrescentou que esta pesquisa se faz relevante, e gostaria que fosse divulgada e, se possível, chegue até os membros coordenadores gerais do programa de territórios de identidade representado pela SEPLAN.

4 LAVOURA DO CACAU E DA BANANA: PRODUÇÃO E IMPACTOS SÓCIOECONÔMICOS NO VALE E MUNICÍPIO DE JQUIRIÇÁ

Neste capítulo será feita uma análise mais profunda referente à produção cacauera e da banana, trazendo dados sobre a produção total no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, referentes ao período de 2010 a 2018, fazendo um paralelo com a produção do município de Jiquiriçá pertencente a este mesmo território. Além de mostrar algumas alternativas para o melhoramento desta produção que, desde a sua exploração primária, não se utilizava das atuais tecnologias de produção mais precisas. Não foram utilizados dados num período de tempo maior, pois foi usado como base o último censo agropecuário do IBGE, no qual, até o momento do encerramento deste trabalho, só constavam dados referentes a esse período,

Além da importância econômica para os municípios que produzem essas duas lavouras, as mesmas têm papel importante no cenário econômico baiano e mundial. Sendo o cacau a principal matéria prima para a produção do chocolate, que por sua vez é uma iguaria muito apreciada mundialmente, e a banana uma das frutas mais consumidas no mundo.

A banana, *musa* spp., uma das frutas mais consumidas no Mundo, é cultivada na maioria dos países tropicais. Constitui importante fonte de alimento, podendo ser utilizada verde ou madura, crua ou processada (...) (TRINDADE et al, p.13).

O que revela que a banana é um alimento rico também em termos econômicos sendo que, no Vale do Jiquiriçá, ela é muito utilizada para sombreamento do cacau, por isso é relevante a sua análise e menção neste trabalho.

De acordo com Cordeiro (2000) “A maioria das cultivares de banana originou-se no continente asiático, tendo evoluído a partir das espécies diploides selvagens *M. acuminata* e *M. balbisiana*.” O que não atrapalhou em nada seu desenvolvimento no continente americano e em outras partes do globo, especialmente no Vale do Jiquiriçá aqui no estado da Bahia. A produção da banana é a segunda produção com mais importância e valor econômico no município de Jiquiriçá, e seu valor se configura em importância equivalente em diversos municípios desse território.

A Figura 7 demonstra a forma como é trabalhado o sombreamento dos cacauzeiros, salvo algumas propriedades que só trabalham com a produção da banana como sombreamento, mas estas são minoria na grande produção do município de Jiquiriçá.

Figura 7 - Sombreamento da lavoura clonal por bananeiras



Foto tirada por Mirosmar Silva Santos 04/11/2020.

O cacauzeiro é a lavoura mais importante em valor econômico para o município de Jiquiriçá, por isso serão um pouco mais analisadas as suas particularidades, além de ser o objeto principal de estudo desse trabalho.

O cacau é originário da Região Amazônica e, desde o século XVII, vem sendo cultivado como um produto agrícola, racionalmente explorado com a implantação de áreas cultivadas, melhoramento genético e produção de mudas. Em meados do século XVIII, o cacau foi levado para o sul da Bahia, onde a cultura se expandiu, sendo hoje a principal região produtora, com 62% da produção nacional, seguida pelos estados da Região Norte, com 34%, e os outros estados com os 4% restantes. (SENAR 2018, p.7).

Portanto, com essa e outras informações pesquisadas, constata-se que essa produção na Bahia não é recente, e tem valor econômico, histórico e social no

cenário baiano, no qual os municípios do Vale se incluem, pois, como já comentado anteriormente, essa produção existe há muito tempo no Vale do Jiquiriçá.

Segundo Rocha (2008 p.32), as primeiras populações americanas, como os astecas e os maias, já conheciam e apreciavam o fruto do cacau muito antes da chegada de Cristóvão Colombo, pois já utilizavam suas amêndoas como forma de moedas. De acordo com Costa (1992 apud Rocha, 2008 p.11-13) o cacau começou a ser cultivado no sul da Bahia em 1746 para daí se espalhar para os outros cantos do estado e do Brasil.

Foram longos os anos de prosperidade econômica proveniente dessa cultura, mas, em meados do século passado, essa lavoura passou por uma grande crise que mexeu com todo o contexto socioeconômico do estado da Bahia e Brasil.

Segundo dados da CEPLAC, em 1910 o Brasil liderava a produção de cacau mundial, tendo, até os anos 1930, vivido um período de expansão e crescimento. Desta década até 1957, as doenças e pragas infestaram os cacauais, levando-os a uma situação antieconômica, e os produtores endividados, aos poucos, foram abandonando o cultivo desta lavoura. Foi no auge desse período de crise, em 1957, que o Governo Federal criou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), iniciando um intensivo programa de recuperação econômico-financeira da lavoura. Com os primeiros resultados positivos, em 1963, é instalado o Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), responsável pelo desenvolvimento de tecnologia de ponta para o cultivo e beneficiamento do cacau. (ROCHA 2008, p. 49).

Dentre as principais pragas que assolaram toda a produção cacaueira brasileira estava o fungo causador da vassoura de bruxa, porém houve outros tipos de fungos, como destaca o SENAR:

As doenças fúngicas (causadas por fungos) que mais se destacam no Brasil são vassoura de bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), podridão-parda (*Phytophthora* spp.) e mal do facão (*Ceratocystiscacaofunesta*). Existem outras doenças de grande importância, como mal-rosado (*Erythricium salmonicolor*), podridão de raízes (*Rosellinia* sp.), antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*) e morte súbita (*Verticillium dahliae*). (SENAR 2018, p.104).

No entanto, as adversidades presentes na lavoura cacaueira não se limitam a fungos ou insetos, mas é importante ser ressaltado que, após muitos anos de pesquisa, os trabalhos desenvolvidos pela CEPLAC tornaram a cacaucultura novamente viável economicamente.

Os estudos que mais se destacam são os de melhoramento genético na plantação de cacau clonal, através de variações das plantas resistentes a pragas, e

alto nível de produtividade, representadas na Figura 8, o que vem colocando novamente o estado em destaque na produção cacaueteira, bem como os municípios do território do Vale do Jiquiriçá.

Figura 8 - Substituição de plantas comuns por plantas clonais: Variação PS1319/variação SJ 02 com pouco mais de dois anos



Foto tirada por Mirosmar Silva Santos 04/11/2020.

Nos últimos 10 anos, houveram resultados positivos com a lavoura cacaueteira e, conseqüentemente, com a banana no Vale do Jiquiriçá. A seguir, se apresentará dados referentes a essas duas produções e sua importância para o Território e para o município de Jiquiriçá, resultados estes influenciados pela implementação dessas novas técnicas para a produção, mostradas nesses resultados que serão expostos.

4.1 Produção cacaueteira do vale do Jiquiriçá

O Gráficos 9 e as Figuras 1 e 2 a seguir, apresentam a quantidade produzida e os principais municípios produtores do território. Como a quantidade de dados da Figura 9 é grande e dificulta o entendimento dos mesmos, colocou-se os dois gráficos para se ter noção dos números expostos e seu período de medição.

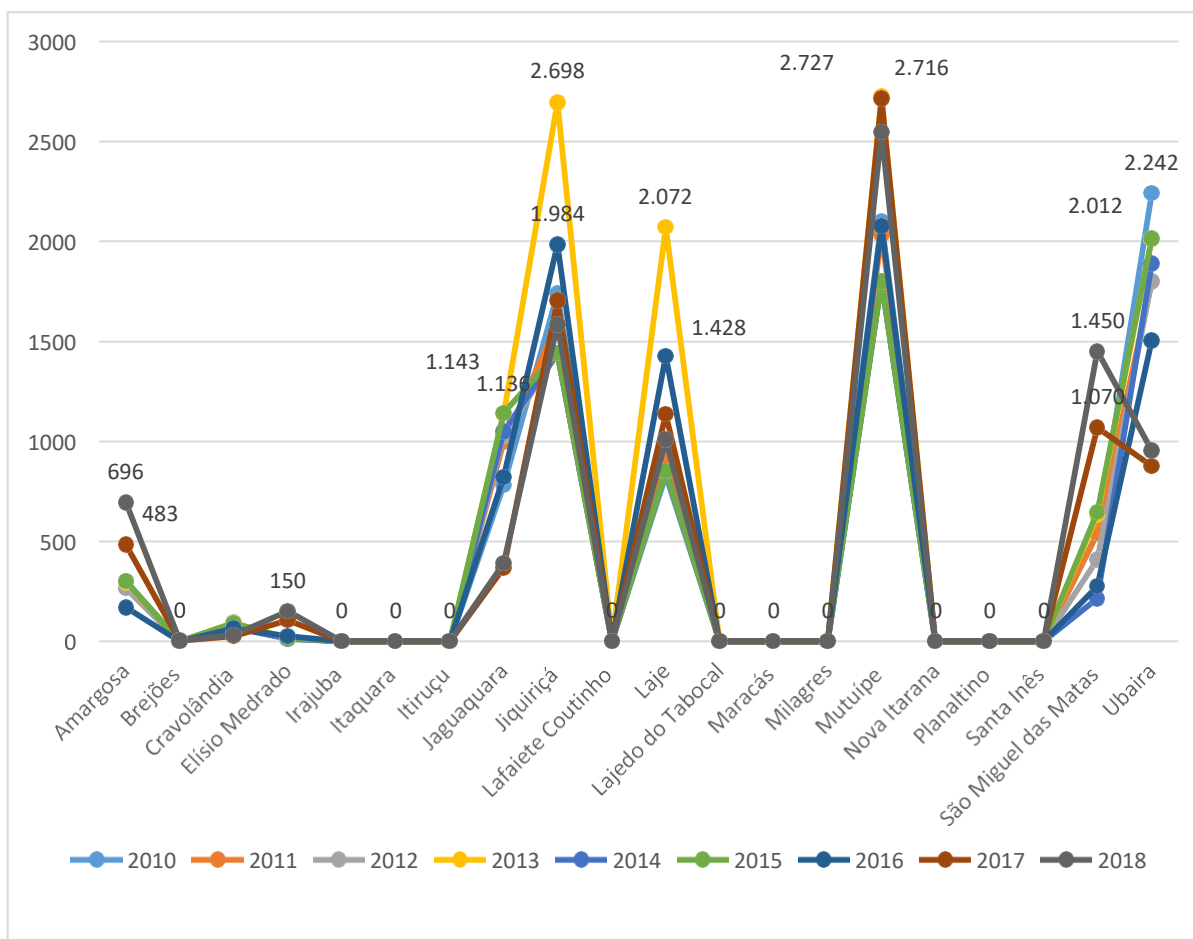
Figura 9 - Números da produção em toneladas do Território do Vale do Jiquiriçá

Municípios	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac
Amargosa	10.800	270	10.800	270	9.800	265	8.640	294	9.100	300	9.100	300	9.100	169	4.400	483	2.500	696
Brejões	315	--	340	--	350	--	570	--	585	--	585	--	585	--	64	1	64	2
Cravolândia	900	76	1.210	78	1.380	91	1.050	88	1.050	68	1.050	89	1.050	64	102	26	110	30
Elísio Medrado	4.680	14	4.680	14	4.375	12	4.750	14	4.321	13	4.321	14	4.321	25	1.045	106	1.350	150
Irajuba	180	--	190	--	220	--	209	--	209	--	209	--	209	--	209	--	25	--
Itaquara	400	--	462	--	440	--	430	--	154	--	154	--	154	--	50	--	67	--
Itiruçu	140	--	165	--	160	--	152	--	152	--	152	--	152	--	152	--	25	--
Jaguaquara	4.000	781	4.620	998	4.000	1.029	5.520	1.136	4.000	1.050	4.000	1.143	4.000	824	1.622	368	2.000	389
Jiquiriçá	6.300	1.740	8.550	1.589	8.075	1.440	8.075	2.698	8.075	1.440	8.075	1.440	8.075	1.984	2.861	1.703	3.000	1.585
Lafaiete Coutinho	50	--	150	--	25	--	48	--	70	--	70	--	43	--	32	--	30	--
Laje	6.000	828	8.550	923	7.650	850	7.650	2.072	7.650	850	7.650	850	7.650	1.428	2.293	1.137	2.100	1.009
Lajedo do Tabocal	144	--	200	--	200	--	200	--	200	--	200	--	200	--	4	--	4	--
Maracás	198	--	264	--	340	--	420	--	350	--	350	--	350	--	44	--	50	--
Milagres	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Mutuípe	9.800	2.100	13.860	2.035	12.750	1.800	12.750	2.727	12.750	1.800	12.750	1.800	12.750	2.078	5.633	2.716	5.800	2.550
Nova Itarana	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Planaltino	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11	--	12	--
Santa Inês	180	--	209	--	200	--	242	--	242	--	242	--	242	--	242	--	50	--
São Miguel das Matas	1.600	540	1.600	540	1.400	408	2.100	629	2.100	215	2.100	647	2.100	276	840	1.070	800	1.450
Ubaira	10.710	2.242	12.500	1.800	12.670	1.804	15.300	2.012	13.208	1.890	13.208	2.014	20.318	1.505	11.800	877	7.800	955

Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

O Gráfico 1 demonstra apenas a produção cacaueteira. Após a análise dos dados apresentados, serão expostos os dados da produção da banana.

Gráfico 1 - Produção cacaueteira em toneladas



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

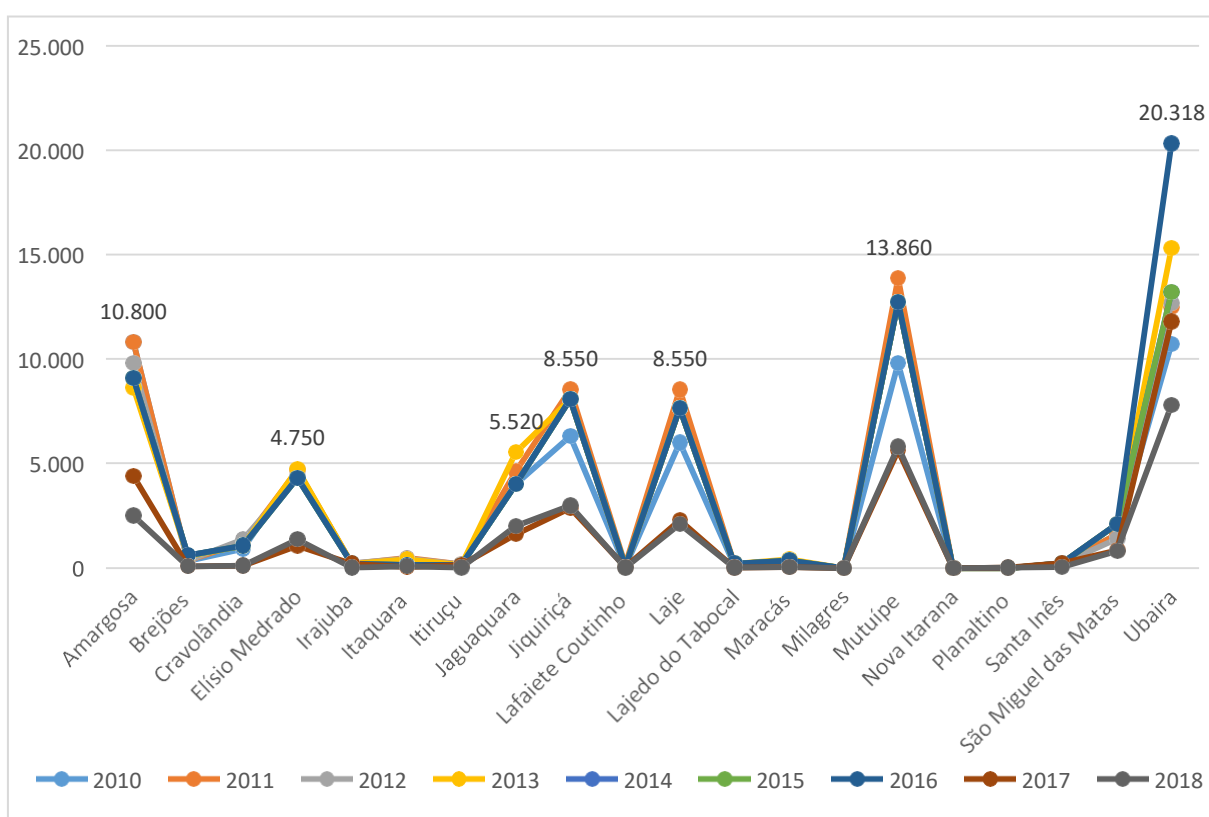
O Gráfico 1 traz informações sobre o total da produção cacaueteira, em toneladas, no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá no período de 2010 a 2018, além de destacar os anos mais produtivos dos municípios maiores produtores do Vale. Com isso, percebe-se uma oscilação na produção do território nos diversos anos, mas nada que indique queda, mas sim sinais de recuperação e grandes ascensões em anos atípicos, como em 2013 nos municípios de Jiquiriçá e Laje. Nesse ano os municípios produziram 2.698 e 2.072 toneladas, respectivamente, mas o único município que apresentou uma maior estabilidade, além de aumento significativo na quantidade produzida, foi o município de Mutuípe que, no ano de 2013, teve o ano mais produtivo com 2.727 toneladas. Já nos últimos dois anos

abordados pela pesquisa, os números foram, 2.716 t no ano de 2017 e 2.550 t no ano de 2018, nos outros anos estudados dessa série, a produção variou para mais ou para menos entre 1700 e 2.000 toneladas.

Os municípios que não possuem seus pontos mais agrupados, como os de Mutuípe, é porque possuem muita oscilação em sua produção com o passar dos anos, mas também apresentam produções de destaque no Vale como Amargosa, Jaguaquara, São Miguel das Matas e Ubaíra. Por isso é possível afirmar que, até o período de contabilização desses dados, os maiores produtores do Vale são Mutuípe e em seguida Jiquiriçá, poucas vezes oscilando o segundo lugar com Ubaíra, que apresentou queda nos últimos dois anos, conforme contabilizados no Gráfico.

Visto que as plantações de banana muitas das vezes estão entrelaçadas com as do cacau garantindo assim boa parte da renda das famílias produtoras do Vale, também se faz necessário apresentar os números da produção da mesma no período estudado, os quais foram dispostos no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Produção de banana por toneladas



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

Ao contrário da produção cacauzeira, a lavoura da banana apresenta mais estabilidade em seus números, no período abordado no Gráfico 2. No entanto, a maioria dos municípios que produzem essa fruta apresentou queda nos dois últimos anos pesquisados, como o município de Ubaíra, que segue com a redução da sua produção total também na lavoura cacauzeira, conforme visto no Gráfico 1. Porém, quando se fala da quantidade de municípios que produzem a banana para fins comerciais, esse número é mais significativo que os do cacau, sendo os principais municípios produtores: Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra. Destes, se destacam como maiores produtores, Ubaíra, Mutuípe e Amargosa, seguidos de Jiquiriçá e Laje, com produção equiparada, além de Jaguaquara com produções bem significativas nesse setor.

Os dois anos mais produtivos dos três maiores produtores da banana foram: Ubaíra no ano de 2016, com 20.318 toneladas e 2013 com 15.300 toneladas; Mutuípe no ano de 2011, com 13.860 toneladas e 2016 com 12.750, seguido por Amargosa com 10.800 em 2011 e 9.800 toneladas em 2013, constatando a relevância dessa produção no território, além da sua importância para as famílias produtoras, visto que a quantidade em toneladas produzidas muitas vezes chegam a superar a do cacau, por isso considera-se necessário compreender os valores das produções nesse período.

Nos Gráficos 3 a 6 e Figura 10, veremos que a rentabilidade da produção varia muito. São vários os fatores que implicam nesse sentido, de acordo com o mercado, principalmente o cacau que se trata de uma *commodity*, ou seja, seu valor varia de acordo com o mercado internacional por se tratar de um produto para exportação.

Esse processo depende da demanda mundial desse produto, por isso seu valor de mercado possui muita variação de preço e rentabilidade, como também, depende dos meses no qual vai ser colhido, pois os cacauzeiros possuem safra e safra temporã que acontece na primeira metade do ano, e a safra que é na segunda metade, variando assim a quantidade produzida durante determinados meses.

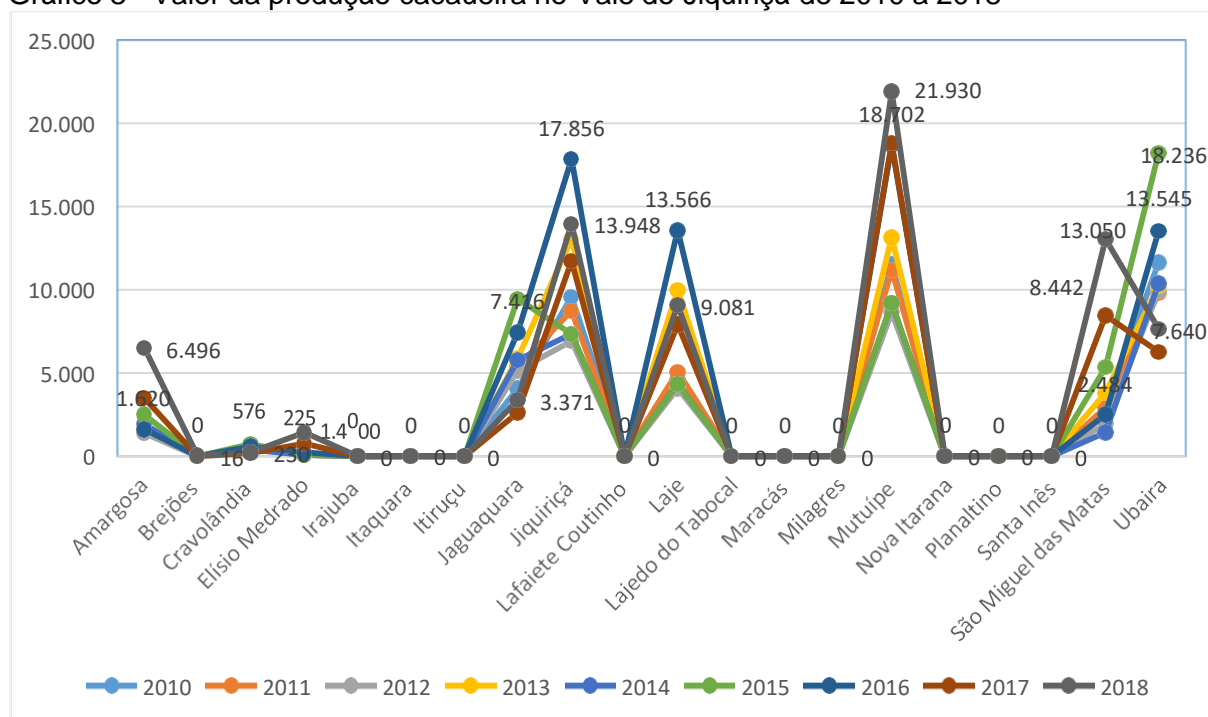
Figura 10 - Números dos valores da produção do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá

Municípios	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac	Ban	Cac
Amargosa	5.400	1.431	6.480	1.458	5.821	1.378	5.219	1.788	6.952	1.920	7.053	2.485	16.142	1.620	3.564	3.502	2.325	6.496
Brejões	157	--	194	--	207	--	342	--	369	--	374	--	764	--	116	7	115	16
Cravolândia	450	395	653	421	803	455	630	482	630	374	641	737	1.372	576	81	199	95	230
Elísio Medrado	2.340	74	2.808	76	2.406	71	4.038	85	3.313	73	3.349	116	5.645	225	554	766	830	1.400
Irajuba	90	--	97	--	126	--	104	--	125	--	127	--	273	--	230	--	25	--
Itaquara	200	--	213	--	257	--	280	--	102	--	103	--	201	--	44	--	74	--
Itiruçu	70	--	92	--	94	--	76	--	81	--	131	--	199	--	180	--	23	--
Jaguaquara	2.000	4.061	2.587	5.389	2.240	5.145	3.588	5.884	2.400	5.775	2.440	9.467	5.226	7.416	1.703	2.594	2.000	3.371
Jiquiriçá	2.961	9.570	4.788	8.740	4.845	6.912	5.491	13.031	5.330	7.344	5.330	7.344	10.550	17.856	2.861	11.734	2.550	13.948
Lafaiete Coutinho	30	--	108	--	25	--	43	--	84	--	70	--	43	--	23	--	27	--
Laje	2.700	4.554	4.617	5.077	4.973	4.080	5.187	10.008	5.049	4.335	5.049	4.335	9.995	13.566	2.224	7.914	1.995	9.081
Lajedo do Tabocal	72	--	110	--	121	--	163	--	126	--	128	--	261	--	2	--	2	--
Maracás	99	--	129	--	194	--	204	--	221	--	224	--	457	--	457	--	62	--
Milagres	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Mutuipe	4.900	11.550	7.762	11.193	8.288	8.640	8.543	13.171	8.415	9.180	8.415	9.180	16.658	18.702	4.112	18.822	5.510	21.930
Nova Itarana	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Planaltino	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Inês	90	--	117	--	112	--	145	--	152	--	155	--	434	--	529	--	90	--
São Miguel das Matas	800	2.862	960	2.916	861	1.934	1.365	3.787	1.690	1.398	1.712	5.354	3.766	2.484	504	8.442	712	13.050
Ubaira	5.355	11.658	7.250	9.810	7.349	9.922	9.180	10.221	8.321	10.395	8.453	18.236	36.440	13.545	11.918	6.250	7.800	7.640

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

Os gráficos a seguir serão divididos por tipo de lavoura e as imagens servirão de complementação. Serão trabalhados, posteriormente, os dados da produção cacaueteira dos principais produtores e do município local de estudo.

Gráfico 3 - Valor da produção cacaueteira no Vale do Jiquiriçá de 2010 a 2018



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

A analogia apontada no Gráfico 3 mostra que, mesmo alguns municípios produzindo mais que outros, não necessariamente representa que eles lucraram mais que os outros no período, pois, além da produção, a comercialização depende da cotação do produto.

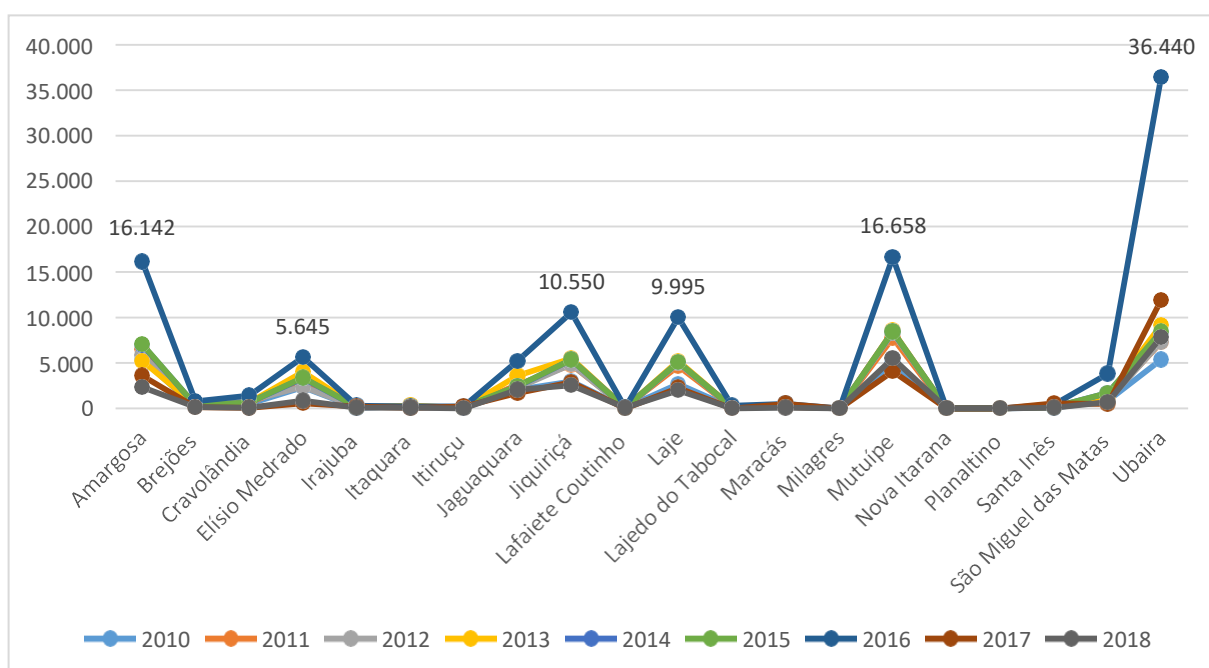
Seguindo por ordem alfabética, temos os municípios de Amargosa, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra como os de maior rentabilidade em suas produções, pois também são os que mais produzem. No entanto, os anos mais produtivos não foram, especificamente, os mais rentáveis. Analisados os dados, verifica-se que os números dos últimos três anos, da série estudada, são os mais significativos, superando os valores dos anos de produção recorde, como em 2013. O ano de 2013 mostra produção recorde, mas os valores conseguidos, na maior parte dos municípios produtores, foram superados pelos valores de 2016. Os dois anos subsequentes também obtiveram resultados expressivos e de valores aproximados ou superiores a 2016, em alguns municípios.

Isso pode apontar uma alta nos preços nesses anos, além de maior estabilidade na média de preços cotados, trazendo assim esses resultados expressivos.

Com a melhora nos preços, os municípios de Mutuípe e Jiquiriçá estão tendo suas lavouras mais valorizadas devido suas estabilidades na produção, os destacando como os mais lucrativos dos últimos anos da série, mostrando também sinais de ascensão e conseqüentemente apontando a força da agricultura familiar, cuja maioria é quem cultiva o cacau neste território.

Seguindo as análises referentes aos valores das produções no Vale do Jiquiriçá, aponta-se os resultados obtidos pela banana, no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Valor da produção da banana no Vale do Jiquiriçá de 2010 a 2018



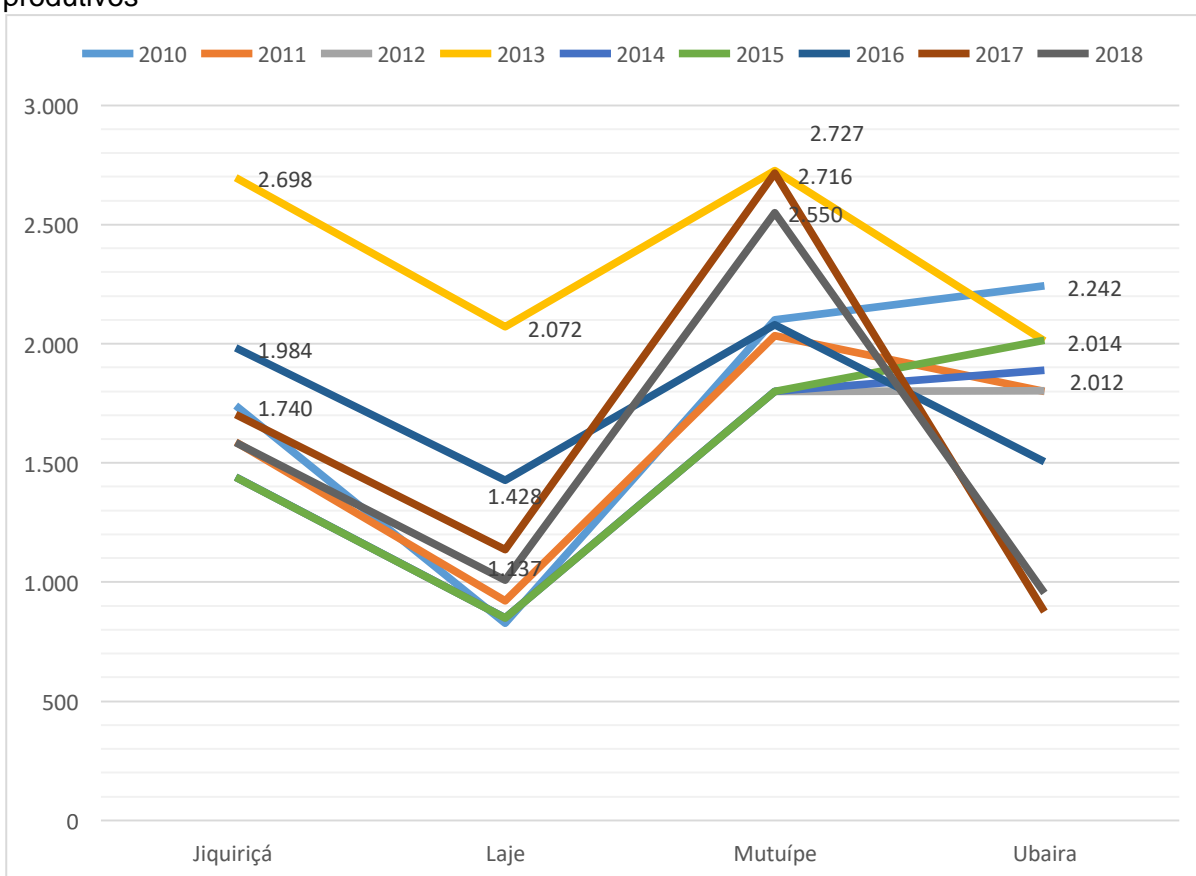
Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

Percebe-se que, como para a lavoura cacauzeira, a banana também foi muito valorizada no ano de 2016, mas ao contrário do cacau os dois anos seguintes foram marcados por queda brusca. O ano de 2016 foi marcado por números bem expressivos nos maiores produtores do Vale: Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Laje, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaira, sendo este último o que obteve maior resultado em relação aos outros, mas também representa a ascensão mais brusca como também a maior queda, ou seja, atingiu nesta alta números mais significativos que o cacau que, na maioria dos municípios produtores dessas duas lavouras, é o carro chefe das produções municipais.

Em relação à produção cacaeira, a seguir aponta-se os maiores produtores do Vale no Gráfico 5. Fruto da matéria prima do tão apreciado chocolate, o cacau também é fonte de renda de muitos trabalhadores da agricultura familiar nesse Território de Identidade.

Para esta análise comparativa, foi considerado o município de Jiquiriçá e os maiores municípios produtores do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, selecionando os três melhores anos de produção, dentro do período estudado.

Gráfico 5 - Os três melhores anos de produção em toneladas dos municípios mais produtivos



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaborado pelo autor.

O Gráfico 5 mostra a importância da produção do município de Jiquiriçá dentro do território, pois esse município há anos compete pelo posto de segundo maior produtor do território.

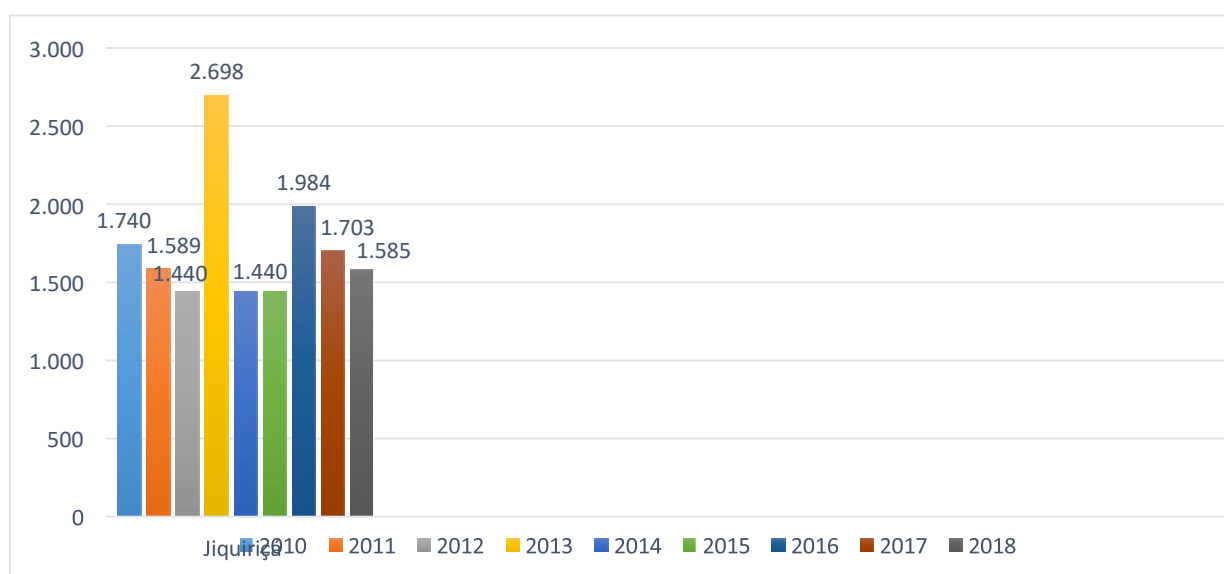
Quantificando os resultados dos municípios, temos os seguintes três melhores anos: em 2013 o município de Jiquiriçá teve seu maior registro dentro do período analisado que foi de 2.698 toneladas e os outros dois melhores foram 1.984t em 2016 e 1.740 t em 2010, o município de Laje obteve 2.072 t em 2013, 1.428 t

em 2016 e 1.137 t no ano de 2017, já Mutuípe que é o maior produtor de cacau do vale no período estudado conseguiu dados mais equilibrados, 2.727 toneladas em 2013, 2.716 t em 2017 e 2.550 toneladas em 2018 e por último mas não menos importante, temos no município de Ubaíra com 2.242 t em 2010, 2.014 t em 2015 e 2.012 T no ano de 2013.

Embora nos três principais anos de produção o município de Ubaíra estejam na frente de Jiquiriçá em quantidade produzidas, nos últimos três anos da série estudada, o município de Ubaíra apresentou uma queda brusca, consolidando o município de Jiquiriçá como o segundo maior produtor de cacau do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá.

Para demonstrar de forma mais precisa a importância do município de Jiquiriçá na produção de cacau dentro do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, o Gráfico 6 traz uma análise da produção total do município no período analisado.

Gráfico 6 - Balanço da produção em toneladas no município de Jiquiriçá de 2010 a 2018.



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal 2019. Elaboração do autor.

O Gráfico 6 mostra o destaque do ano de 2013 no município, no geral com uma produção equilibrada, com resultados iguais em três anos, sendo três anos seguidos, 2012, 2014 e 2015, com a produção de 1.440 toneladas no ano, o que aponta que a produção anual desse município é estável, e que nos anos seguintes a 2015 obteve resultados melhores, principalmente no ano de 2016, com 1.984 toneladas no ano.

Visto que as variações na produção do município de Jiquiriçá não são muito oscilantes, pode-se deduzir que essas questões variam de acordo com a manutenção dada nas lavouras durante o ano, bem como as condições de clima e solo. Por isso se fez necessário conhecer as condições de produção presentes nesse município, mas, como se trata de muitos produtores e uma área muito grande para se aplicar questionários, optou-se por fazer entrevistas semiestruturadas com representantes estratégicos do município, principalmente pelos comércios que escoam toda produção municipal e representantes do poder público.

4.2 Entrevista com os representantes estratégicos e escoadores da produção do município de Jiquiriçá-BA

Nas entrevistas feitas com o secretário municipal de agricultura, buscou-se focar na produção agrícola do município e não somente da relação do município com o programa de territórios de identidade do estado da Bahia.

Todas as entrevistas a seguir foram concedidas no dia 17/02/2020 e todos os entrevistados se mostraram dispostos a responder os questionários, com todas as questões de privacidade sendo respeitadas. A primeira entrevista foi com o representante da Secretaria de Agricultura Municipal, secretário de agricultura, Sr. Juvenal Maia.

As perguntas colocadas para o secretário trouxeram temas como, qual a importância da lavoura cacaueteira e da banana para o município, como se avalia a produção do cacau e de banana do município nos últimos anos, quais os principais obstáculos para a produção, entre outros. As respostas do secretário, de acordo com a entrevista foram: “A cultura do cacau é o carro chefe do município, é a base da economia, seguida da banana, com o fortalecimento da cultura há uma melhora de vida para os moradores, maior circulação de capital e melhora a vida do povo. A banana vem em seguida, pois é usada para sombreamento do cacau”, indicando assim a importância dessas duas lavouras economicamente para o município.

O secretário avalia a produção cacaueteira em uma crescente dentro do município. E continua afirmando que no município existe um programa de revitalização da lavoura cacaueteira juntamente com a CEPLAC e agentes financeiros. Conseqüentemente a cultura da banana acaba sendo fortalecida, seguida da mandioca como terceira cultura agrícola, com um incentivo de revitalização na

comunidade da Serraria II e comunidades vizinhas, e com a implementação de uma agroindústria de beneficiamento da mandioca e um maniveiro, para a propagação de espécies com melhor qualidade genética para os produtores em foco.

Em relação à banana, o mesmo afirma que já tiveram visitas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), no intuito de fiscalizar e auxiliar as produções do município.

Os maiores entraves para as duas produções focos deste estudo, em especial o cacau, segundo o secretário, é a falta da aplicação de novas tecnologias, necessitando haver uma sensibilização da população produtora para essa necessidade, pois muitas lavouras do município são bem antigas, e os produtores se sentem resistentes em substituir suas plantas por novas espécies mais resistentes através da clonagem. Outro entrave muito importante a ser citado foi a redução do índice pluviométrico o qual, até 2010, tinha uma média de 1200 mm/ano, mas vem passando, nos últimos anos, a existir períodos com médias entre 800 e 900 mm, o que mostra uma drástica redução no volume de chuvas

Seguindo com as informações cedidas pelo secretário, o mesmo afirma que o projeto de revitalização da lavoura do cacau está voltado ao melhoramento genético, através da clonagem, além da adubação, correção de solo e os tratos culturais como poda e os demais. O fortalecimento da lavoura cacauzeira, por parte da secretaria de agricultura, está voltado para a assistência técnica com agrônomos e parcerias com a CEPLAC, com a coleta de solos para análise química com recomendação para a correção, adubação, controle de pragas e doenças, além de tratos culturais e consórcio de culturas como seringueiras e outras. Também há o cadastramento ambiental rural, que dá acesso aos recursos financeiros dos financiamentos aos agricultores.

Quando colocado o tema sobre o destino da produção municipal, as respostas foram que o escoamento da produção funciona através dos armazéns locais, e os mesmos mandam para as empresas esmagadoras, que processam o chocolate bruto, destinando-os para a fabricação do chocolate fino, principalmente nas cidades situadas no sul da Bahia, como Itabuna e Ilhéus, ou então, é destinada para as exportadoras dos grãos situadas nestas mesmas cidades.

Como foram postas acima, as respostas do secretário estão de acordo com as informações encontradas durante a pesquisa, além de perceber um potencial do

município em aumentar a produção já existente e melhorar as condições socioeconômicas dos moradores locais. Mas tudo isso necessita da adoção de novas práticas e tecnologias nessas lavouras, além de apoio irrestrito dos órgãos municipais responsáveis, e também implementação de novas formas de comercialização ou beneficiamento da produção municipal, pois a maioria passa pelos comércios municipais responsáveis pela compra do cacau e dos atravessadores, no caso da banana. E não se percebe outra forma de comércio que impacte socioeconomicamente na economia municipal, em nenhuma das duas lavouras, no que se refere à transformação desses produtos, de forma industrializada ou semelhante.

A maioria da produção municipal de cacau passa pelos comércios municipais responsáveis por sua compra, bem como sua revenda, e a da banana pelos atravessadores que as vendem em feiras de outros municípios, por isso optou-se por fazer as entrevistas somente com os principais armazéns de compra de cacau do município, pois eles em si já contemplam praticamente toda a produção local, além de dar uma noção mais recente dos números obtidos ultimamente no município.

As entrevistas com os representantes dos comércios pelos quais escoam a maioria da produção do município foram satisfatórias, com respostas semelhantes. Dos três entrevistados, todos consideraram que a produção cacauera é muito importante para o município, pois é a que agrega maior valor comercial, principalmente neste ano que está sendo mais valorizada, seguida de outras produções, como a da banana.

Igualmente, concordaram em relação à crescente da produção municipal, principalmente como resultado da implantação de técnicas mais sofisticadas nas lavouras, a exemplo da substituição das roças comuns pelas lavouras clonais.

Em relação à produção mensal que chega aos comércios dos entrevistados, o primeiro apresentou uma média de 1.000 a 1.200 sacas, o segundo não quis informar a quantidade de sacas que os mesmos compram, e o terceiro informou uma quantidade entre 4.000 e 7.000 sacas mensais.

Já em relação ao escoamento de toda essa produção municipal que chega a esses armazéns de compra, os representantes dos armazéns informaram que a produção normalmente vai para as indústrias de moagem em Itabuna e Ilhéus. Sendo as principais empresas a comprarem esta mercadoria, a Joanes, Nestlé,

Barry Callebaut, entre outras, mostrando assim todo o processo de comercialização da commodity, pois a partir dessa venda o produto passa a ser trabalhado, aqui no Brasil ou no exterior, para produção de seus derivados.

Como visto, de acordo com os entrevistados, a produção mensal que chega em seus comércios é grande, e o rendimento mensal dos produtores pode variar constantemente, pois os preços das arrobas de cacau, que equivalem a 15 kg comercializadas nos armazéns, funcionam de acordo com as cotações dispostas no mercado do cacau, bem como da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, e outros órgãos de comercializações.

As informações apresentadas pelos entrevistados são de grande relevância, principalmente sobre o processo de escoamento e comercialização, que se dá através da revenda dessa produção para as grandes indústrias compradoras/importadoras, que a destina para a produção do chocolate. O que pode não ser muito lucrativo para as famílias produtoras, pois as mesmas ficam reféns da oscilação de preços, por isso não conseguem ter uma renda mensal fixa, o que poderia mudar através da implementação de novas políticas de comercialização, tanto por parte do poder público, sociedade civil organizada ou alternativas de abertura de mercado e lucratividade, explorando de forma mais significativa a produção local e melhorando a situação socioeconômica dos agricultores.

Considerações finais

De acordo com tudo o que foi visto no decorrer dessa pesquisa, constatou-se a complexidade em torno do conceito de territórios, o que carece sempre de novas discussões para atualizar e reforçar esse conceito, que é uma das bases da Geografia, como a própria ideia referente a territórios de identidade que, além da ideia base de território, possui outros conceitos até de outras ciências envolvidas na sua constituição. Além dos projetos e pesquisas que culminaram no programa de territórios de identidade do estado da Bahia e que foram fundamentados em uma base teórica forte, teoricamente priorizando a sociedade civil, auxiliando assim no desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, entre outros de cada território.

Porém, quando se olha para a programação e implementação, principalmente no território abordado na pesquisa, não vemos as ideias por trás de todas as pesquisas sendo postas em prática, o que deixa uma brecha para afirmar que, mesmo que superficialmente, a pesquisa apontou que o programa de territórios de identidade do estado da Bahia não cumpre tudo que prometeu nos seus projetos de idealização, o que poderia garantir uma melhor dinâmica produtiva na agricultura do Vale do Jiquiriçá, visto que o desenvolvimento rural seria um dos pontos mais abordados na sua idealização.

Mesmo assim os municípios presentes no território apresentam uma forte dinâmica produtiva, com lavouras de grande valor comercial, que nos anos da série estudada apresentaram números surpreendentes, apesar da pouca implementação de técnicas sofisticadas de produção. O que não impediu que em 2013 o território alcançasse uma produção recorde na lavoura cacaueteira na maioria dos municípios, principalmente em Jiquiriçá, com uma produção registrada em 2.698 toneladas.

A produção desse ano ajudou a aumentar a média produtiva desse município e, associado com sua estabilidade nas quantidades produtivas e alta dos preços comercializados, principalmente a partir do ano de 2016, recentemente o coloca como o segundo maior produtor de cacau do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, mesmo tendo número populacional inferior a outros maiores produtores do território. Algo que poderia ser melhor explorado, alcançando melhores resultados, caso houvesse maior implementação de novas tecnologias, assistências técnicas de qualidade e preços acessíveis.

No entanto, no município local desse estudo, Jiquiriçá-BA, se vê pouca utilização dessas alternativas, com uma implementação lenta, além de poucas possibilidades de comercialização dos produtos. Essas questões poderiam ser melhor resolvidas com parcerias entre o poder público e empresários locais, em conjunto com a sociedade civil organizada, para a criação de novas alternativas de comercialização, bem como de beneficiamento do cacau e da banana, mas principalmente buscando trazer para o município novas tecnologias para as lavouras. E assim conseguir aumentar a produção local, pois só isso já impactaria de forma positiva nas questões socioeconômicas das famílias locais.

Portanto, este estudo trouxe revelações acerca dos projetos públicos para implementação e melhoria da sociedade civil, mas que nem sempre cumpre o que promete, enquanto uma população fica refém das suas rotinas e sem acesso à informação. Ademais, sem possibilidades financeiras de implementar na sua produção, que muitas vezes é herdada de seus pais, técnicas sofisticadas para aumentar/melhorar sua mercadoria e dar condições de sobrevivência mais digna a suas famílias, algo que poderia ser diferente se a população desse município e dos demais, principalmente aqueles que detém o “poder” se comprometessem na melhoria de seus territórios.

Constata-se então, que ao se buscar analisar a produção cacaueteira e da banana no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, focando principalmente no município de Jiquiriçá dentro deste território, no período de 2010 a 2018, percebeu-se relações complexas de produção e comercialização, além de vasta relevância econômica e histórica, destacando-o dentro desse território. Podendo também ser utilizadas todas as informações encontradas nessa pesquisa para interesse público, visto que durante as entrevistas com o secretário de agricultura do município, o mesmo se demonstrou entusiasmado com os resultados que poderiam ser encontrados nesta pesquisa, como forma de nortear alguma política pública ou alguma ação semelhante.

Sendo assim, a pesquisa conseguiu apontar, no período analisado, a participação econômica do município de Jiquiriçá no âmbito do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, através de suas duas principais lavouras, que são o cacau e a banana, fazendo um comparativo com essas mesmas lavouras nos demais municípios pertencentes ao território, com base em dados oficiais do IBGE. Alcançando assim o objetivo principal desta pesquisa, e mostrando informações que

demonstram um imenso potencial a ser explorado em relação a essas lavouras em todos os municípios estudados que as produzem. Potencialidades estas que necessitam de mais estudos, e que não cabem neste trabalho por apresentar outro nível de complexidade e a necessidade de mais pesquisas. Portanto, é possível considerar que foram alcançados os resultados desejados e abriu-se um leque de possibilidades que podem ser abordados mais profundamente por outras pesquisas, evidenciando cada vez mais o valor do trabalho familiar rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciene Santos De. **O Vale Do Jiquiriçá No Contexto Do Circuito Espacial Produtivo Do Cacau**, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2008.

BLATT, Nadir. GONDIM, Patrícia Santos Cardoso. **Territórios de identidade no estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional**. Foro internacional Políticas territoriales y desarrollo regional ante la crisis mundial hacia una reformulación del modelo? Barcelona-España Días 4, 5 y 6 de octubre de 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 470p.

CORDEIRO, Zilton José Maciel. **Banana. Produção: aspectos técnicos** / Embrapa. — Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 143p. ; (Frutas do Brasil ; 1).

FAVARETO, Arilson; GALVANESE, Carolina; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; MORALES, Rafael. **Quinze anos de desenvolvimento territorial rural – a experiência dos programas e planos do Estado da Bahia/Brasil**. Rimisp - Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural. São Paulo/Santiago do Chile – Dezembro/2015.

FERNANDES, Natanildo Barbosa, et al. **Capacidade de uso das terras na bacia hidrográfica do jiquiriçá, recôncavo sul da Bahia**, Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 34 ,p. 105 – 122, jul/2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca do IBGE Jiquiriçá Bahia - BA Histórico
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/jiquirica.pdf>. Acesso em 21/11/2019.

IBGE cidades. Jiquiriçá/panorama, disponível em.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jiquirica/panorama>. acesso em 21/11/2019.

IBGE/SIDRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Sistema IBGE de Recuperação Automática – Produção agrícola municipal, disponível em.
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>. acesso em 15/09/2019

IBGE/SIDRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Sistema IBGE de Recuperação Automática – Produção agrícola municipal, disponível em.
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6658#resultado>. acesso em 15/09/2019

IBGE/SIDRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Sistema IBGE de Recuperação Automática – Produção agrícola municipal, disponível em.
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>. acesso em 15/09/2019

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro “longo” século XVI**. São Paulo : Hucitec, 2000. 432 p.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá, Amargosa – BA, CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA, 2017. PTDRSS – CODETER Vale do Jiquiriçá, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

PERICO, Rafael E. Identidade e Território no Brasil. Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA). Brasília: fevereiro de 2009.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa : saga, percepção, representação** / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus : Editus, 2008. 255p.

SANTOS, Milton ... [et al.]. **Território, territórios ensaios sobre ordenamentos territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007 416p.

SANTOS, Milton. Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed.- São Paulo : Outras Expressões, 2013. 192 p.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos Municípios Baianos BEM**. Vol 4. n 2 Bianual, Salvador-BA, Publicações SEI 2014.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. Vol 1 Salvador-BA, Publicações SEI 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Cacau: produção, manejo e colheita / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Brasília: 145 p; il. 21 cm (Coleção Senar, 215) ISBN: 978-85-7664-197-1 Senar, 2018.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwig & SILVA, Sylvio Bandeira Bandeira de Mello. **Estudos Sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador, EDUFBA, Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

SOUZA, Jerônimo Rodrigues: **Território de Identidade Vale do Jiquiriçá Perfil Sintético**. Salvador-BA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, 2015.

TRINDADE, Aldo Vilar [et al.]. **O cultivo da banana**. Cruz das Almas: Embrapa, Mandioca e Fruticultura, 2004. P. 279.

APENDICE 1 - PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SECRETARIO DE AGRICULTURA

Entrevista com o secretario

Perguntas

- De forma geral qual a importância da lavoura cacaueteira e da banana para o município de Jiquiriçá?
- Como você avalia a produção do cacau e de banana do município nos últimos anos?
- Quais os principais obstáculos para a produção?
- Quais as políticas de fortalecimento do cultivo no município?
- Há o desenvolvimento de novos projetos para o desenvolvimento dessas lavouras
- Como funciona o processo de escoamento da produção?

APENDICE 2 - PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS REPRESENTANTES DOS ARMAZENS

Entrevista nos armazéns

- Como vocês avaliam a importância da produção cacaueteira para o município?
- Como vocês avaliam a produção do cacau do município nos últimos anos?
- Teriam uma média de quantas toneladas mensais são comercializadas nesse estabelecimento?
- Para onde é destinada a produção que chega nesse armazém?